

Retomada as obras de Abreu e Lima

“Paralisar refinarias

foi um crime contra

o país”, afirma Lula

Reprodução



Massacre: corpos de 30 palestinos algemados e executados pelo Exército de Israel

Os corpos de 30 palestinos, algemados, vendados e executados por tropas israelenses, foram descobertos nos terrenos de uma escola em Bet Lahia, no norte da Faixa de Gaza, após saída dos invasores israelenses da área. Os corpos foram encontrados na quarta-feira (31), segundo o Palestine Chronicle, em sacos de cadáveres, com as mãos amarradas atrás das costas. Em comunicado, o Clube de Prisioneiros Palestinos confirmou “a descoberta dos corpos de 30 mártires no interior de uma das escolas que foi sitiada pela ocupação”. **Página 7**

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.940 7 a 13 de Fevereiro de 2024

★ ★ ★ ★ ★

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Contra independência energética e economia do Brasil”, denunciou

O presidente Lula afirmou, em entrevista às rádios de Pernambuco, que a sabotagem que fizeram com as refinarias brasileiras, incluindo a paralisação das obras da Abreu e Lima, foi um crime contra a economia. “A paralisa da Abreu e Lima foi um crime contra a economia brasileira, contra a economia de Pernambuco e contra a independência de combustível do Brasil”, denunciou Lula. Durante a conversa, conduzida pelo jornalista Elielson Lima, Lula abordou a retomada das obras estruturantes no país com o Novo PAC. **Página 3**

‘Nova indústria’ requer menos juro, expansão fiscal e mercado interno

Tomaz Silva - ABR



No Rio de Janeiro, o Bloco Céu na Terra lotou as ruas de Santa Teresa, na região central da cidade

Carnaval de rua atrai multidões para os blocos, por todo o país

Na capital paulistana, blocos tradicionais reclamaram da falta de apoio da Prefeitura

O carnaval de rua começou com tudo, desde o sábado (3). No Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, São Paulo, entre outras cidades, a festa popular tomou as ruas. Os desfiles dos blocos de rua do carnaval da capital paulista começaram, sábado (3), com apresentações de grandes artistas, como Alceu Valença, Chico César e alguns dos chamados “megablocos” da cidade. Entretanto, os primeiros dias de carnaval foram marcados por públicos menores que os dos anos anteriores e críticas à Prefeitura por parte dos organizadores dos blocos. Blocos tradicionais da cidade apontam dificuldades para a captação de patrocínios e falta de diálogo com a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Ao menos 130, dos cerca de 600 blocos programados para 2024, cancelaram o desfile em São Paulo.

O economista e professor Nilson Araújo de Souza avaliou, em entrevista ao HP, o plano de reindustrialização, anunciado recentemente pelo governo. Para o economista, a proposta está no caminho certo. Ele chama a atenção, no entanto, para as restrições impostas pela política fiscal restritiva, defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “O governo pretende investir/financiar no complexo processo de reindustrialização (designado na nomenclatura governamental de neoindustrialização) apenas R\$ 100 bilhões por ano dos R\$ 300 bilhões previstos para o triênio. Ajuda bastante, mas ainda precisa melhorar. Pois destruir é fácil, construir é difícil”, argumenta o economista. **Página 2**

Conselheiro da CNTI propõe pacto para reconstruir a indústria nacional

Eduardo Armond, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais, membro do Conselho de Representantes da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, em entrevista exclusiva à Hora do Povo, declarou que, em nome da federação da qual é presidente, irá propor à CNTI uma campanha nacional pela reindustrialização do país. Um “Pacto entre trabalhadores e empresários em defesa da indústria nacional”, resumiu. “A CNTI, a CNI e o governo devem se sentar à mesa, assumir o comando e constituir uma sólida aliança”, declarou Eduardo Armond. **Página 5**

Vendas de máquinas no país caem 5,4% em 2023, diz Abimaq

Com as taxas de juros estratosféricas derubando os investimentos, o desempenho da indústria de base no Brasil foi atingido em cheio. Encerrando o ano, as receitas líquidas de vendas do mês de dezembro foram de R\$ 18,8 bilhões, o que representou queda de 13,2% em relação a novembro e uma queda ainda maior, em relação ao mês de dezembro de 2022, de 22,4%.

Esse valor acentuou o resultado negativo do ano. As receitas líquidas de R\$ 285,9 bilhões em 2023 representam um tombo de 11% na comparação com 2022, cujas vendas foram de R\$ 321,3 bilhões. Os dados fazem parte da pesquisa Indicadores Conjunturais da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), divulgada na quarta-feira (31/01).

As vendas para o mercado interno acumulam uma trajetória de queda desde 2022. Naquele ano, a redução foi de 6,9% sobre o ano anterior e, em 2023, o recuo foi de 15,4% sobre 2022.

De acordo com o programa Globonews em Pauta, divulgado após a decisão do Comitê de Política Monetário do Banco Central, que reduziu a taxa Selic em meio ponto percentual na quarta-feira (31/01), o presidente da Abimaq, José Velloso, manifestou à jornalista que “o percentual de juro é muito elevado, os juros inibem os investimentos absurdamente e hoje a taxa de investimento no Brasil está acima apenas de 16%, quando o ideal seria no patamar de 25%”.

Segundo o empresário do setor, que produz máquinas para outras indústrias, os juros para pequenas e médias empresas para capital de giro é muito maior, de 40%.

Com a contração do mercado doméstico a indústria de máquinas e equipamentos conseguiu uma certa compensação nas exportações. No ano houve crescimento de 14,6% em dólares ou 5,8% em reais, que passaram a representar 24,7% das receitas totais do setor, contra uma participação de 20,8% em 2022.

Pelo lado das importações, em 2023, houve um resultado superior sobre 2022 em 7,2%, atingindo US\$ 26,77 bilhões. O crescimento ocorreu entre os diversos segmentos, mas a maior taxa de crescimento foi observada nos setores de petróleo, energia renovável e agrícola.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) do setor atuou em média com 75,6% da sua capacidade instalada, ou 3,1 p.p. abaixo do nível de atuação observado em 2022.

EMPREGO EM QUEDA

No mês de dezembro, o setor fabricante de máquinas e equipamentos registrou queda no nível de pessoas ocupadas diretamente. O quadro de pessoal na indústria brasileira de máquinas e equipamentos no mês de dezembro foi de 385 mil trabalhadores. No ano houve a destruição de cerca de 5.000 postos de trabalho.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/vendas-de-maquinas-no-mercado-interno-retraem-154-em-2023-diz-abimaq/>

J.AMARO

Atual patamar da Selic é “injustificável”, afirma CNI

Pela quinta vez consecutiva, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu cortar a taxa básica de juros da economia (Selic) em apenas 0,50 ponto percentual, sinalizando que seguirá atrelado a economia brasileira em 2024.

Com a decisão do BC, na quarta-feira (31), a Selic passou de 11,75% para 11,25% ao ano. Assim, no atual cenário de inflação baixa, o BC garante os brasileiros como os maiores pagadores de juros reais do planeta.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, classificou a decisão do Copom como “injustificável”. O empresário destacou que o colegiado precisa ter a necessária compreensão da realidade brasileira e

“maior agressividade” na redução dos juros “para reduzir de forma significativa o custo financeiro suportado por empresas, que se acumula ao longo das cadeias produtivas, e consumidores”.

“Sem essa mudança urgente de postura, seguiremos penalizando não só a economia brasileira, mas, principalmente os brasileiros, com menos emprego e renda”, advertiu Alban, em nota, divulgada logo após a divulgação da decisão do Copom.

A CNI afirma que mesmo com os quatro cortes na Selic, realizados de agosto a dezembro de 2023, a taxa de juros real (descontada a inflação) está em 7,65% ao ano. “O nível absurdo da taxa de juros real tem custado muito caro para a atividade econômica do país”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahooc.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Economista Nilson Araújo de Souza: ‘Nova Indústria’ requer recursos, juros baixos e mercado interno



Uso do investimento público como uma das alavancas do processo de reindustrialização, isso é mais do que correto, afirma Nilson



Nelson Marconi: importante é ter juro baixo, crédito e câmbio competitivo

Para Marconi, ‘plano industrial é um bom início, mas parece faltar coesão ao governo’

“Mais do que linhas de recursos, por exemplo, o que é ruim é o BNDES, o Mercadante estarem defendendo um plano e, por outro lado, o Haddad dizer que não conhece nada sobre ele”, adverte o economista e professor da FGV

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nelson Marconi analisou nesta quinta-feira (1), em entrevista ao HP, a nova política industrial do governo. Para o economista, há aspectos positivos no novo plano, mas ele adverte que o problema maior que existe é a falta de coesão interna no governo.

MAIS RECURSOS

O professor da FGV lembrou ainda que “boa parte dos recursos desse plano não são recursos fiscais”. “Uma parte só, que vem na forma de apoio à inovação e tudo o mais. Então, não vai ter uma pressão muito grande sobre o resultado fiscal”, prosseguiu. Isso, segundo ele, interfere nos valores destinados ao plano. “Logicamente poderiam ser maiores. Mas, na verdade, o que o governo está fazendo é anunciar boa parte de linhas que já estavam abertas”, observou o economista.

“Tudo bem, seria muito melhor que tivesse mais recursos, que tivessem linhas de créditos mais amplas, com certeza. Mas, já é um início”, disse ele sobre os montantes que serão destinados, segundo o plano – cerca de R\$ 75 bilhões por ano – para a reindustrialização do país.

Marconi comentou também sobre a contradição, levantada por vários economistas, e até por integrantes do partido do governo, entre um plano de reindustrialização – que, num país como o Brasil, exige mais investimentos públicos – e a meta de obtenção de déficit zero nas contas públicas, defendida pelo ministro Fernando Haddad.

MERCADO BRASILEIRO

Questionado sobre o fato do plano não apresentar propostas mais

“O governo pretende investir/financiar no complexo processo de reindustrialização apenas R\$ 100 bilhões por ano dos R\$ 300 bilhões previstos para o triênio. Ajuda bastante, mas ainda precisa melhorar. Pois destruir é fácil, construir é difícil”, argumenta o economista

O economista e professor Nilson Araújo de Souza avaliou, na quarta-feira (31), em entrevista ao HP, o plano de reindustrialização, anunciado recentemente pelo governo. Para ele, a proposta está no caminho certo. Ele chama a atenção, no entanto, para as restrições impostas pela política fiscal restritiva, defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para Nilson, há a necessidade de ampliar os recursos para a retomada da indústria brasileira, desmontada e sucateada nos últimos quarenta anos.

“Ele [o plano] está na direção correta”, disse o professor. “Mas quero fazer alguns alertas”, acrescentou. “Em primeiro lugar, é praticamente impossível realizar uma tarefa dessa dimensão – reconstruir a indústria em novas bases tecnológicas – sem que se proteja a indústria em processo de reconstrução, adotando desde tarifas de importação até medidas não-tarifárias, tais como subsídios fiscais e creditícios. Todos os países que se industrializaram, inclusive o Brasil no passado, usaram esse instrumento poderoso”, argumentou.

“O programa propõe o uso do investimento público como uma das alavancas do processo de reindustrialização. Isso é mais do que correto. Mas, para isso, é imprescindível remontar a Petrobrás e recuperar a Eletrobrás, empresas que têm uma larga experiência em estimular a criação e desenvolvimento de empresas nacionais, além de derrubar as taxas de juros e as normas draconianas do novo marco fiscal, que limitam e mesmo bloqueiam o investimento público”, prosseguiu o economista.

Segue trecho da entrevista que pode ser conferida na íntegra no site do HP

HORA DO POVO: Como avalia o plano de retomada da indústria apresentado pelo governo?

NILSON ARAÚJO: Vou primeiro expor o que é o plano Nova Indústria Brasil para que os leitores e leitoras conheçam o conteúdo do que estamos discutindo. Pois bem, quem construiu essa proposta “governada por missões” foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que é composto por membros do governo e da sociedade, tendo como presidente o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e como Secretária Executiva minha amiga Verena Hitner.

O programa – que vai de 2024 a 2033, ainda que os recursos previstos se limitem ao período 2024 a 2026 – se divide em seis missões, a saber:

- 1) cadeias agroindustriais, que prevê aumentar de 18% para 70% os estabelecimentos mecanizados da agricultura familiar, além do que 95% dessas máquinas devem ser produzidas nacionalmente;
- 2) complexo industrial da saúde, que visa promover o aumento de 42% para 70% a participação da produção nacional de insumos em saúde, como medicamentos, vacinas, IFAs, equipamentos e dispositivos médicos;
- 3) bem-estar das pessoas nas cidades por meio da mobilidade urbana, infraestrutura, saneamento e moradia, visando a reduzir em 20% o tempo de deslocamento do trabalhador de casa para o trabalho;
- 4) transformação digital, que objetiva elevar de 23,3% para 90% as empresas nacionais digitalizadas, triplicando a participação nacional com as novas tecnologias;
- 5) bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética, que visa ampliar de 21,4% para 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes e assim diminuir em 30% a emissão de carbono da indústria nacional;
- 6) tecnologia da defesa, que busca garantir nossa soberania e estabelece a meta de atingir 50% da produção nacional da tecnologia para apetrechar o setor de defesa (tais como energia nuclear, sistemas de comunicação e sensorialmente, sistemas de propulsão e veículos e remotamente controlados).

Entre os instrumentos previstos para o programa, destaca-se o financiamento público: para três anos, o montante é de R\$ 300 bilhões: R\$ 106 bilhões que haviam sido anunciados em julho do ano passado, por ocasião da primeira reunião do CNDI, e mais R\$ 195 bilhões agora, que serão aportados pelo BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Estudos e Projetos (Embrapii).

O critério para distribuir essas verbas é a composição entre o estímulo ao aumento da produtividade pela compra de equipamentos, a implementação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de sustentabilidade da indústria, além de incentivos para o acesso ao mercado internacional.

Continua no site: <https://horadopovo.com.br/nova-industria-requer-expansao-fiscal-menos-juros-e-mais-mercado-interno-diz-nilson-araujo/> Confira!

“Cenário de fraqueza”, destaca Fiesp sobre a produção industrial brasileira: variou 0,2% em 2023

Indústria de transformação caiu -1,0% frente a 2022

A produção da indústria brasileira encerrou 2023 variando 0,2% em relação a 2022, quando registrou queda de -0,7%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta sexta-feira (2).

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em nota intitulada “Com cenário de fraqueza antecipado pela Fiesp, produção industrial aumenta 0,2% em 2023”, destacou a situação da indústria de transformação no período que caiu 1,0% em relação a 2022.

“A indústria extrativa e de transformação performaram em direções opostas, e a combinação dos resultados praticamente se anulou no acumulado do ano para a indústria geral. Por um lado, a indústria extrativa mineral apresentou um ritmo 3 de crescimento mais forte e



A posse de Ricardo Lewandowski no MJ

Lewandowski: ação policial é necessária, mas é preciso enfrentar “o apartheid social”

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, assumiu o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, na quinta-feira (1^o), e afirmou que a criminalidade e a violência “continuam se nutrido da exclusão social, da miséria, do desemprego, da falta de saneamento, de saúde, de educação, de lazer, de habitação que, infelizmente, ainda persistem no país”.

O novo ministro da Justiça destacou que é “escusado dizer que o combate à violência, para ter êxito, precisa ir além de uma permanente enérgica ação policial, demandando políticas públicas que permitam superar apartheid social que continua segregando”.

Lewandowski declarou que sua gestão terá como foco coibir as atividades de milícias e outras organizações criminosas que se infiltram no Estado.

Em discurso de posse, Lewandowski falou que sua gestão será de “continuidade” em relação à de seu sucessor, Flávio Dino, que vai assumir uma cadeira no STF.

Segundo ele, “o crime organizado começa a se infiltrar em órgãos públicos, especialmente naqueles ligados à segurança e a multiplicar empresas de fachada para branquear recursos obtidos de forma ilícita”.

“A atuação das organizações criminosas, nas quais se incluem as milícias subdivididas em múltiplas facções, ora aliadas, ora rivais, antes restritas às áreas periféricas onde o Estado se mostrava ausente e aos recônditos ambientes prisionais, hoje se desenvolve em toda parte, à luz do dia, com ousada desfaçatez e em moldes empresariais”, continuou Ricardo Lewandowski.

O presidente Lula falou no evento que o Ministério da Justiça precisa se aliar a outros órgãos, prefeituras e governos estaduais para enfrentar a “indústria do crime, a indústria de roubo do dinheiro público e de sofrimento da população mais pobre desse país”.

“O que nós queremos é construir com os governadores a parceria necessária para que a gente possa ajudar a combater um crime que eu não chamo de coisa pequena”, disse o presidente da República.

Para ele, “o crime organizado não é uma coisa de uma favela, de uma cidade, de um estado, o crime organizado é uma indústria multinacional de fazer delitos internacionais e o crime organizado está em toda atividade desse país”.

Lewandowski avalia que “é preciso superar a fragmentação federativa e estabelecer um esforço nacional conjunto para neutralizar as lideranças das organizações criminosas e confiscar os seus ativos, porque elas não podem sobreviver sem recursos para custear os seus soldados e as suas operações”.

Exército estuda enviar 3 mil militares para a Amazônia e combater o garimpo ilegal de forma permanente

O Exército está planejando, por ordem do comandante Tomás Ribeiro Paiva, o envio de mais 3 mil homens para a Amazônia para, de forma permanente, ajudar no combate ao garimpo e desmatamento ilegal.

Além das tropas, o plano inclui a instalação de destacamentos nos rios Uraricoera e Mucajá com pistas para aviões.

O projeto, ainda incipiente, foi enviado pelo Exército para o Ministério da Defesa, que também recebeu sugestões da Aeronáutica e Marinha. O documento foi enviado para avaliação da Casa Civil.

As informações são dos jornais Globo e Folha de S.Paulo.

O governo Lula está mobilizando diversas frentes para combater a crise humanitária vivida pelo povo yanomami por conta da invasão do garimpo ilegal a terras demarcadas.

Em uma reunião ministerial em janeiro, Lula disse que “vamos tratar a questão indígena e dos Yanomami como uma questão de

Estado” e que “vamos ter que utilizar todo o poder que a máquina pública pode ter, porque não é possível que a gente possa perder uma guerra para o garimpo ilegal, para o madeireiro ilegal, para as pessoas que estão fazendo coisas contra o que a lei determina”.

O garimpo ilegal, que se fortaleceu no governo Bolsonaro, invade as terras indígenas para extrair ouro em rios. Em muitos casos, os rios, utilizados para sobrevivência pelos povos indígenas que lá habitam, ficam contaminados por mercúrio, usado pelos garimpeiros para limpar o ouro.

Após a ofensiva do governo Lula contra o garimpo, no começo de 2023, essas organizações criminosas voltaram a atuar e prejudicar a população local.

De acordo com O Globo, o Exército já informou o governo do plano de trabalho com a criação dos destacamentos, o envio de 120 militares e a compra de embarcações, em um investimento de cerca de R\$ 60 milhões.

Paralisar refinarias “foi crime contra o Brasil”, afirma Lula

Reprodução



“Foi contra a independência de combustível do país”, disse o presidente em entrevista

Segundo jet ski usado na ‘fuga’ dos Bolsonaros continua desaparecido

Os agentes da Polícia Federal (PF), que investigam o esquema de espionagem da família Bolsonaro na “Abin paralela”, consideram suspeito que uma das três embarcações usadas por eles para saírem às pressas para uma “pescaria” não voltou do mar enquanto os policiais estavam na casa da família, cumprindo um mandato de busca e apreensão. As informações são do site Metrópoles.

A PF investiga se esse jet ski foi usado para transportar e esconder, em propriedades de conhecidos na região, provas ou materiais suspeitos que estivessem em poder de Jair e seus filhos. Eles, assim como amigos e assessores, saíram da residência e entraram em um barco e dois jet skis às 6h40, após a família ter recebido informações sobre a operação.

Por volta das 8h40 daquele mesmo dia, os agentes da PF chegaram à residência dos bolsonaros em Mambucaba, litoral do Rio, após saírem de helicóptero da capital. As 9h30, o deputado Eduardo voltou em um dos jet skis, iniciando as tratativas para que Carlos, o único alvo das autoridades, voltasse do mar. Somente às 11h o vereador aparece, após retornar em barco com o ex-presidente Bolsonaro, segundo fontes ligadas ao caso.

A versão dada pela família para a ausência de

Flávio Bolsonaro foi a de que ele teria ido para um almoço pré-marcado. No entanto, segundo os agentes, pouco após a polícia sair do local, o senador retornou ao imóvel. O próprio advogado da família e ex-secretário de Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, por exemplo, confirmou que, quando chegou à casa dos bolsonaros, por volta de 12h45, Flávio já estava lá.

A PF cumpriu, na segunda-feira (29), mandados de busca e apreensão na operação que investiga a “Abin paralela” do governo Bolsonaro. Entre os alvos, estavam o vereador Carlos Bolsonaro, filho do ex-presidente, e assessores dele. Na casa de um militar ligado a Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, foram encontrados três computadores, sendo um da agência, dez celulares e um HD externo. Uma assessora de Carlos aparece numa mensagem pedindo informações a Ramagem sobre inquéritos sigilosos da PF.

Nesta terça-feira (30), o presidente Lula afastou o diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alessandro Moretti. Segundo a PF, integrantes da atual direção da agência interferiram e até prejudicaram as investigações ao dificultar o acesso a dados. “A preocupação de ‘exposição de documentos’ para segurança das operações de ‘inteligência’, em verdade, é o temor da

progressão das investigações com a exposição das verdadeiras ações praticadas na estrutura paralela, anteriormente, existente na Abin”, diz relatório da PF enviado ao STF.

O inquérito, que corre no Supremo, investiga o uso de um software para monitorar, ilegalmente, a localização do celular de adversários e até aliados de Bolsonaro. A espionagem ocorria sem autorização da Justiça e sem que o alvo soubesse que estava sendo vigiado.

“A investigação apura a utilização do sistema de inteligência First Mile pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e sem a necessária autorização judicial”.

Segundo informado pela Polícia Federal, o referido sistema, fornecido pela empresa Cognyte Brasil S.A., é capaz de identificar a Estação Rádio Base (ERB), indicando a localização de qualquer celular monitorado”, destaca um trecho do relatório da investigação. O responsável pelo relatório que tentou ligar Alexandre de Moraes ao PCC, o advogado Ricardo Wright Minussi Macedo é funcionário comissionado no gabinete do senador Alan Rick (União Brasil-AC), apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Toffoli presenteia empreiteira Odebrecht com suspensão de R\$ 8,5 bilhões em multas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendeu na quarta-feira (31) o pagamento de multas pela empreiteira Novonor, antiga Odebrecht, definidas no acordo de leniência firmado pela própria empresa com o Ministério Público em 2016, após os escândalos de corrupção envolvendo a empresa no âmbito da Operação Lava Jato.

O ministro classificou como imprestáveis as provas obtidas a partir das confissões dos 77 executivos da empreiteira e do acesso aos sistemas usados pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht – o chamado “departamento de propinas” da companhia.

A Odebrecht assinou, em 2016, um acordo de leniência em que se comprometia a pagar R\$ 8,5 bilhões para que fossem suspensas todas as ações que envolviam a empreiteira e a Braskem, uma das empresas do grupo.

Fatos vindos à tona em 2019, na operação Spoofing, da Polícia Federal, embasaram a nova posição de Toffoli.

Nesta nova decisão, o ministro suspende a multa e também permite que seja aberta uma nova negociação sobre os termos do acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU).

Após as alegações de Dias Toffoli, chamado por Marcelo Odebrecht, em e-mails internos, de “amigo do amigo do meu pai”, a empreiteira, que havia assinado o acordo e confessado o pagamento de subornos em mais de 10 países da América Latina, alegou que “uma simples análise parcial do material obtido a partir da Spoofing” permite corroborar as suspeitas de que foram praticados excessos, em relação a ela, pelos membros da força-tarefa da Lava Jato, que visavam coagi-la a assinar um acordo.

O acordo, assinado pela Odebrecht com o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, previa que a empreiteira pagasse um total de R\$ 8,512

bilhões em um prazo de 23 anos. Com a decisão tomada por Toffoli, que já havia liberado também os irmãos Batista, da JBS, de pagarem suas multas, a empreiteira estará liberada destes compromissos.

Toffoli afirmou em sua decisão que, “diante das informações obtidas até o momento no âmbito da Operação Spoofing, no sentido de que teria havido conluio entre o juízo processante e o órgão de acusação para elaboração de cenário jurídico-processual investigativo que conduzisse os investigados à adoção de medidas que melhor conviesse a tais órgãos, e não à defesa em si, tenho que, a princípio, há, no mínimo, dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo de leniência”.

Baseado nesta avaliação, o ministro, que já havia dispensado o pagamento de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F, liberou também a empreiteira para interromper os pagamentos da multa acertada no acordo de leniência.

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

De acordo com o presidente, a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, na cidade de Ipojuca, em Pernambuco, “é um marco simbólico da autonomia brasileira na geração de energia”

O presidente Lula afirmou na terça-feira (30), durante entrevista às rádios de Pernambuco, que a sabotagem que fizeram com as refinarias brasileiras, incluindo a paralisação das obras da Abreu e Lima, foi um crime contra a economia. “A paralisa da Abreu e Lima foi um crime contra a economia brasileira, contra a economia de Pernambuco e contra a independência de combustível do Brasil”, denunciou Lula.

INVESTIMENTOS
Durante a conversa, conduzida pelo jornalista Elielson Lima, Lula abordou a retomada das obras estruturantes no país com o Novo PAC, as perspectivas de geração de emprego e renda com investimentos e recuperação salarial. De acordo com o presidente, a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, na cidade de Ipojuca, em Pernambuco, é um marco simbólico da autonomia brasileira na geração de energia. “O meu compromisso é que esse país dê certo”, acrescentou o presidente.

Segundo Lula, “a unidade tem faturamento estimado em R\$100 milhões por ano e projeção de cerca de 30 mil empregos diretos”. “Aquele refinaria era um sonho. O que é importante é que vai ajudar a distribuição de riqueza naquele estado, em todas as cidades vizinhas”, disse Lula.

O presidente lembrou que o PAC tem previsão de investimento de R\$ 47 bilhões em Pernambuco, entre obras exclusivas dentro do estado e outras compartilhadas com estados vizinhos. “Isso é a possibilidade de uma geração de riqueza, de salário, de melhoria da qualidade de vida das pessoas porque trata de todas as obras”, disse Lula.

NORDESTE
Na entrevista Lula falou também da retomada das obras paradas que ele pretende retomar. “O PAC já foi estruturado, já foi conversado, os projetos estão quase todos feitos. Peço a Deus que nos dê força para que a gente possa, outra vez, ver esse país gerar 4 milhões de empregos, que é o que queremos gerar com o PAC. Isso numa combinação perfeita entre o poder público nacional, o Governo Federal, os governos estaduais, municipais e empresas privadas”, afirmou.

Ele comentou ainda o carinho especial que tem com o Nordeste. “Nós investimos em universidades e em institutos

federais para garantir que o Nordeste esteja mais ou menos igual às outras regiões, preparando para receber investimentos”, destacou.

“Cabe ao governo criar as condições para que os investidores vejam que o Brasil tem outras regiões. Eu não quero tirar nada de nenhum estado, apenas quero dar ao Nordeste as condições de competitividade que ele tem direito de ter. E por isso que eu trato o Nordeste com carinho muito especial”, prosseguiu.

“Fizemos 1,4 milhão de cisternas para combater a seca no Nordeste. No PAC tem o Agua Para Todos, que é pra gente tentar fazer com que cada município que tem dificuldade de abastecimento, crie condições, ou com cisternas ou com outra tentativa de puxar canal pra lá”, apontou. “Entendemos que é um problema tecnológico, de governo, político, não é um problema da natureza. A gente tem condições de resolver. Em todo lugar que for possível a gente levar água, a gente vai levar”, prosseguiu Lula.

ESPIONAGEM
O presidente também comentou sobre a crise envolvendo a suspeita de espionagem ocorrida na Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Ele afirmou que não haverá “clima” para manter no cargo o diretor-adjunto da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Alessandro Moretti, se comprovado que ele manteve uma relação com o ex-diretor da agência e atual deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Segundo Lula, o governo “nunca está seguro” com indicações para órgãos como a Abin. “A gente nunca está seguro. O companheiro que eu indiquei para ser o diretor-geral da Abin [Luiz Fernando Corrêa] foi meu diretor-geral da PF de 2007 a 2010. E uma pessoa que eu tenho muita confiança, e por isso chamei, já que eu não conhecia ninguém da Abin”, disse Lula.

“RECURSOS”

Em discurso no encerramento da Conferência Nacional de Educação (Conae), também nesta terça-feira, o presidente voltou a defender que todo recurso aplicado em educação seja classificado como “investimento” em vez de “gasto”. “Temos que ir definindo as prioridades e no nosso governo elas são duas: a educação e a saúde pública. Em terceiro lugar, a cultura, porque sem cultura nenhum país vai a lugar nenhum”, explicou

Líder do governo: os crimes da “Abin paralela” devem ser “rigorosamente apurados e punidos”

O líder do governo Lula no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou na sua rede social que os crimes da “Abin paralela” devem ser “rigorosamente apurados e punidos”.

O nome do senador aparece na lista, divulgada pelo Jornal da Band, dos que foram espionados ilegalmente por bolsonaristas na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o antigo governo. Randolfe foi vice-presidente da CPI da Pandemia.

Para Randolfe Rodrigues, “a violação dos direitos fundamentais à vida privada, à honra e ao sigilo pessoal remetem às páginas mais autoritárias e obscuras da história do Brasil e da humanidade”.

“As revelações, ainda extra-oficiais, de um dos maiores esquemas de espionagem ilegal da história provam que a eleição de Lula não foi somente para defender a democracia, mas, principalmente, para restaurá-la”, disse.

“Quaisquer indícios de violações a tais direitos devem ser rigorosamente apurados e punidos. Por ora, aguardamos manifestação oficial quanto às autoridades que foram bisbilhotadas pela arapongagem instaurada no governo anterior”, continuou o senador.

“Fica cada vez mais evidente que a eleição de Lula salvou o Brasil do abismo de um autoritarismo de proporções catastróficas”, assinalou.

nadores de São Paulo, João Doria (sem partido), e do Ceará, Camilo Santana (PT), enquanto estes tinham seus mandatos.

João Doria também disse que é “preciso aprofundar as investigações e responsabilizar energeticamente todos os responsáveis por esta afronta. O país exige transparência, integridade e respeito à sua Constituição”.

Ele ainda declarou sua “repulsa a este comportamento sórdido e condenável, não apenas no meu caso, mas de todos aqueles que estavam sendo ilegalmente espionados. A atitude transcende questões políticas e atinge a própria essência da democracia”.

Doria avalia que sua “posição em defesa da vacina e das medidas protetivas contra a pandemia de covid, me colocaram em posição oposta a do então presidente da República”.

Outros senadores da CPI da Pandemia, como o presidente da Comissão, Omar Aziz (PSD-AM), o relator, Renan Calheiros (MDB-AL), e até os membros Rogério Carvalho (PT-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PI) e Alessandro Vieira (MDB-SE) também foram espionados.

Rogério Carvalho lembrou que “durante CPI da Covid denunciei no plenário do Senado que estava sendo vítima de espionagem. Hoje, a imprensa divulga lista dos parlamentares espionados e lá está o meu nome, conforme eu havia denunciado. Agora que ocorram as punições para que fatos dessa natureza jamais se repitam”.

“Industrialização e combate aos juros altos são fundamentais para o país”

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defendeu que a agenda de industrialização e PAC como ferramentas para o país avançar em seu projeto nacional de desenvolvimento

A presidente nacional do PCdoB e ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, apontou que a retomada da política industrial brasileira como fundamental para o desenvolvimento e a superação dos entraves no país. “Uma nova agenda de industrialização e o PAC são dois grandes eixos de retomada que nós precisamos intervir de maneira a colocar o nosso DNA. Tanto o PAC, como a nova agenda de industrialização são centrais para o êxito do nosso programa porque ele vai ao encontro do nosso projeto nacional de desenvolvimento”, disse a líder comunista durante o Encontro Nacional da Juventude Pátria Livre (JPL).

Realizado em entre os dias 29 e 31 de janeiro, na cidade de Nazaré Paulista, o Encontro Nacional da JPL reuniu lideranças de 10 estados brasileiros que, ao longo dos dias, puderam debater os principais eixos para a reconstrução do país.

Luciana apresentou um panorama das lutas que estão em curso no país neste período de reconstrução nacional após os anos de ascensão da extrema-direita e do governo Bolsonaro. Para a comunista, “os desafios brasileiros não são pequenos pela dimensão continental do país e por a gente ter ao longo da nossa história tem retardado muito dos movimentos na direção de uma nação cada vez mais autônoma”.

A ministra alertou que, para garantir o desenvolvimento do país, é preciso combater os entraves à nossa economia, como os juros altos praticados pelo Banco Central a desindustrialização e o déficit zero, que é inclusive defendido dentro do governo.

“Podemos dizer que esse período recente dos quatro anos sob a liderança da extrema direita do Brasil houve mudanças muito estruturantes na superestrutura e infraestrutura do estado brasileiro. Nós assistimos privatizações de patrimônios importantes que são indutores da economia e nós assistimos um retrocesso em alguns mecanismos como, por exemplo, autonomia do Banco Central, a Reforma Sindical, quando se retirou direitos dos trabalhadores, fora o imposto sindical... Retrocessos estruturais que você, mesmo nas eleições, você não consegue rapidamente alterar como foi a privatização da Eletrobrás”, ressaltou.

Luciana alertou para a necessidade de uma nova base industrial e relembrou que na década de 80, a indústria de transformação representava um quarto do PIB brasileiro e hoje não representa nem 10%. Segundo ela, para alcançar este patamar é necessário ampliar a taxa de investimento do país.

Ela defendeu as chamadas “metas aspiracionais”, da nova política industrial apresentada pelo governo, de renovação do maquinário da indústria brasileira. “Precisamos ter perseverança. Não adianta você anunciar, tem que ter mecanismos de monitoramento da aplicação. Mas o fato de você pegar essa convergência é um início grandioso”.

A ministra alertou para a reação do rentismo que é contrário à reindustrialização do país. “Eles querem que nós continuemos numa grande fazenda mundial e que possa atender os interesses externos e a grande elite econômica brasileira que não tem nenhum compromisso com o projeto de nação”.

DEFICIT ZERO

Luciana criticou ainda os “parâmetros macroeconômicos” defendidos por setores do governo e que impedem que a economia dê certo, em especial o déficit zero. “Isso é impraticável. Não há ninguém no mercado que acha isso possível”. Segundo a ministra, o presidente Lula dá sinais de vai alterar esta visão do governo. “Se for praticar isso [déficit zero] não haverá retomada. Você vai inclusive reduzir os investimentos”.

“São questões que nós temos que botar o olho porque essa é nossa pauta. Essa é nossa obrigação como protagonistas de um processo de mudança que é necessário pro país”, ressaltou.

UNIDADE DE AÇÃO

Em sua fala, Luciana relembrou da dedicação do vice-presidente do PCdoB, Sérgio Rubens, para a formação da juventude e na construção de uma frente unitária de ação. Sérgio, que foi

fundador do Partido Pátria Livre e conduziu o processo de unificação do partido com o PCdoB, faleceu em 2021.

“Fico feliz e honrada de estar aqui nesse encontro nacional. Principalmente após o falecimento desse grande brasileiro Sérgio Rubens, uma figura que eu aprendi não só admirar, que eu já admirava pela sua história de ousadia e combatividade, e que pude conhecer de perto um homem culto, simples e sábio. Porque os verdadeiros sábios são aqueles que sempre acham que precisam aprender mais. E por isso mesmo que ele era aquela generosidade em pessoa. Porque ele estava sempre encarando o conhecimento como algo dialético. E por isso mesmo que ele cultivava a cultura e a relação direta com a juventude. Porque é essa relação permanente de busca da vivência da realidade na ponta com a capacidade teórica, e a bagagem teórica que o Sérgio Rubens representava”.

Ela relembrou o papel de Sérgio no processo de unificação das correntes de pensamento marxista-leninista no Brasil. “Posso dizer que ele foi muito decisivo para que a nossa corrente de pensamento no Brasil, afinal nós somos todos berços da mesma corrente do pensamento que é do marxismo-leninismo. O antigo MR8 e o PPL eles sempre se apresentaram como uma corrente de opinião que procurava buscar os caminhos da emancipação nacional pela base teórica do marxismo. Então quando se tem circunstâncias dessa natureza o processo de enlace, de entendimento no plano da política, ele se deu de maneira mais fácil”.

LUTA PELA SOBERANIA NACIONAL

Luciana destacou ainda a questão da soberania nacional como cerne da ação política do PCdoB e da JPL. “Eu acho que o fato da Juventude Pátria Livre ter como cerne da sua ação, já no seu próprio nome, a questão da soberania, da autonomia, é algo contemporâneo e necessário”.

“Vocês sabem bem que, do ponto de vista da agenda e da pauta de lutas do movimento comunista internacional, foi sem dúvida nenhuma o papel de Ho Chi Min e de Mao Tsé Tung que colocou na pauta do movimento comunista internacional a contradição colonialismo como um dos aspectos vitais para qualquer projeto nacional. Eles foram muito decisivos porque afinal para o movimento comunista internacional a contradição trabalho-capital é uma dimensão da luta pelo socialismo e que essa luta nacional cada vez mais representa a autonomia e soberania como sendo algo estratégico e central pra qualquer perspectiva de salto civilizacional que o mundo e o Brasil precisa”.

“Esse esforço vai ao encontro inclusive do nosso programa. Um programa que nós precisamos atualizar porque muitas mudanças ocorreram desde o outro programa para que a gente possa ajustar o novo patamar do projeto nacional de desenvolvimento e e nós não temos dúvida que isso necessariamente se dá por uma nova base industrial brasileira”.

FORTALECER O PARTIDO

Luciana fez um chamado aos integrantes da JPL a fortalecer o partido. “O PCdoB precisa ter força para poder influenciar mais nos rumos do país”. “Temos aí o nosso Guilherme [vereador do PCdoB de Araraquara]. A turma tem que jogar pesado aí para reconduzir nosso vereador de Araraquara, assim como fortalecer a candidatura do Cláudio [Fonseca] em São Paulo”.

“Eu quero falar por fim da importância dessa unidade de ação e luta com a a União da Juventude Socialista, a UJS. As nossas convergências cada vez maiores no nosso programa, da ação da juventude brasileira sustentada no marxismo-leninismo, como Sérgio Rubens sempre compreendeu como um pilar teórico da nossa ação.

“Fico feliz de saber que vocês decidiram fazer uma homenagem justa a esse a esse grande brasileiro que é Sérgio Rubens o escolhido como patrono da JPL, para ele se somar a esse panteão junto a Antônio Alves e Stuart Angel, que foi barbaramente assassinado na ditadura militar. São os nossos heróis, do povo brasileiro e a JPL faz jus a isso”, finalizou a ministra



Segundo a presidente do PCdoB, é preciso combater os entraves como os juros altos do BCe o déficit zero, que é defendido dentro do governo



Direção Nacional da JPL eleita durante o encontro realizado em São Paulo



Lula e Tarcísio de Freitas no lançamento do túnel Santos-Guarujá “Gestão estatal do Porto de Santos vai fazer mais do que qualquer empresário faria”, afirma Lula

Na última sexta-feira (2), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou anúncios de obras e melhorias no litoral paulista. Em sua fala, ele foi enfático contra a privatização dos serviços públicos, afirmando que o país é refém da elite econômica e que é preciso alavancar o país para ser desenvolvido.

“Nós precisamos e vamos nos transformar em um país altamente desenvolvido. E por isso que tiramos o Porto de Santos da política de privatização. No nosso país, se estabeleceu uma narrativa da elite econômica de destruir a imagem do estado e do poder público. Vamos provar que este Porto, com sua autoridade portuária, vai fazer mais do que qualquer empresário faria”, disse Lula.

A obra de maior efervescência, anunciada na coletiva de imprensa, foi um projeto pensado há 100 anos, que agora irá sair do papel. O anúncio das obras do túnel que liga Santos ao Guarujá, no litoral paulista foi realizada com o presidente, com a participação de ministros, parlamentares, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de prefeitos da região.

O primeiro túnel imerso da América Latina terá investimentos de R\$ 5,8 bilhões na obra. O canal terá 860 metros entre as margens (incluindo embocaduras) e ficará imerso sob o fundo do canal a uma profundidade de 21 metros. O empreendimento será feito por parceria público-privada (PPP), com investimentos do Governo Federal e do estado de São Paulo. “Esse túnel é necessário e fica muito caro, seja para o Governo Federal, seja para São Paulo, construir sozinho”, destacou o presidente, ao falar da parceria

para concretizar a obra.

O túnel beneficiará mais de 5 milhões de pessoas, incluindo os 1,6 milhão de habitantes da Baixada Santista, e os mais de 4 milhões de turistas que anualmente visitam Guarujá e o litoral Norte paulista. Todos os dias, 80 mil pessoas cruzam o canal. Atualmente, a espera nas filas para cruzar o canal pode se alongar por horas e, com o túnel, as travessias serão feitas em menos de dois minutos. A obra também irá proporcionar mais segurança às embarcações que escalam o porto santista para realizar operações.

O presidente Lula ressaltou que o Brasil tem hoje a oportunidade de se desenvolver com sustentabilidade. “Este país não pode jogar fora o Século XXI, este é o século da transição ecológica e ninguém compete com o Brasil na hora de discutir energia renovável, etanol, biodiesel, hidrogênio verde, ninguém disputa conosco”, disse.

A solenidade também marcou a comemoração dos 132 anos do Porto de Santos. Considerado o maior do hemisfério Sul, responsável por quase 30% da balança comercial do Brasil, o porto registrou, no mês de dezembro de 2023, movimentação recorde de 15,6 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 29,1% em relação a dezembro de 2022. Com o resultado, o total desde janeiro do último ano foi de 173,3 milhões de toneladas.

RESPEITO E DEMOCRACIA

Durante o evento, foram registradas vaias ao governador paulista assim que subiu ao púlpito, com algumas palmas mais tímidas. Lula então defendeu Tarcísio de Freitas e afirmou que o governador “merece ser tratado com muito respeito”.

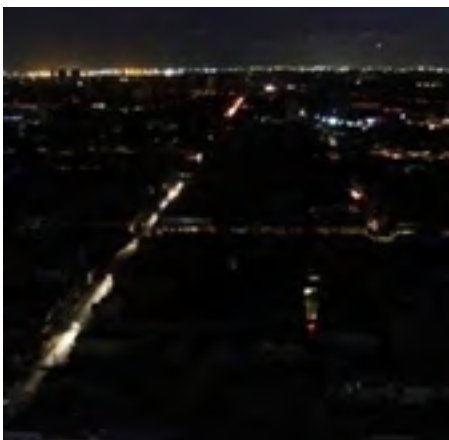
“Disputamos as eleições estaduais de 2022 com Tarcísio e perdemos as eleições. Não dá para querer dar um golpe de São Paulo, invadir prédio de São Paulo. É voltar para casa, se preparar e disputar outra vez, e respeitar o direito do exercício da função de quem ganhou as eleições, senão a democracia fica capenga”, disse.

Lula contou que, em seus primeiros mandatos à frente da Presidência, tinha como governadores de São Paulo pessoas que não eram filiadas ao PT e, mesmo assim, “nunca” tratou o Estado de forma diferente.

“Quero te dizer, Tarcísio, você terá da Presidência da República tudo aquilo que for necessário, porque não estou beneficiando o governador, estou beneficiando o Estado mais importante da Federação”, afirmou.

Em seu discurso, Tarcísio agradeceu ao presidente pela parceria, que vai além do túnel anunciado ontem. Também foram feitos acordos para reformas da Avenida Perimetral, nas proximidades do Porto de Santos, e para construção de moradias para populações em situações de vulnerabilidade, morando em palafitas, no litoral sul.

“Me sinto privilegiado de estar celebrando essa parceria para entregar para a população um sonho de cem anos. Vamos fazer esse sonho sair do papel. Juntamente com a parceria do túnel, acertamos a parceria da Avenida Perimetral e também para a construção de casas populares. Quando somamos, vamos passar de R\$ 8 bilhões. É hora de celebrar o que é histórico. O que importa é enxergar o interesse público”, discursou governador, se dirigindo ao presidente.



Capital Boa Vista ficou às escuras

Entregue na privatização da Eletrobrás, Roraima Energia causa apagão em todo o Estado

Todos os municípios de Roraima ficaram sem energia na quinta-feira (19). De acordo com a empresa responsável pelo serviço no estado, a Roraima Energia, a queda ocorreu a partir das 11h20, “afetando todo o estado”. Segundo a empresa, até as 16h, o fornecimento de energia ainda não havia voltado à normalidade.

Desde a privatização em 2018, no início do processo de venda da Eletrobrás, a empresa é controlada pelo Consórcio Oliveira Energia e passou a se chamar Roraima Energia.

A empresa privada disse que “até o momento não tinha informação sobre o motivo da queda”, mas que “o problema ocorreu na geradora de energia”.

Por não estar conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o estado de Roraima tem sua energia gerada quase na totalidade por usinas térmicas locais. Atualmente, o parque térmico do estado é formado pelas usinas de: Monte Cristo, Jardim Floresta e Distrito, em Boa Vista (RA), e de Novo Paraíso, em Caracarái (RA).

Até março de 2019, a energia era parcialmente fornecida pela Venezuela, o que compensava eventuais problemas locais de geração. No entanto, o governo Bolsonaro resolveu rifar o abastecimento do Estado e após essa data o país parou de enviar energia, submetendo o abastecimento de energia às quatro usinas termelétricas da Roraima Energia.

A empresa informou que ainda não tem informações sobre o motivo do apagão, mas confirmou que o problema ocorreu na geradora de energia.

Este é o segundo apagão que atinge as cidades da região em menos de três meses. Em novembro do ano passado, um apagão geral deixou a capital Boa Vista e todos os municípios de Roraima sem energia. O blecaute ocorreu por volta de 5h58 do dia 23 de novembro e cerca de uma hora depois o fornecimento começou a ser estabilizado, segundo a empresa de fornecimento de energia.

Vacina contra dengue do Butantan protege 79,6% dos imunizados, aponta estudo de eficácia

Dados do ensaio clínico de fase 3, realizado com 16.235 participantes em 16 centros de pesquisa espalhados pelo Brasil, comprovam a eficácia geral do imunizante

Nesta quarta-feira (31) foi divulgado os resultados de um estudo científico onde apontam que a vacina contra a dengue em desenvolvimento pelo Instituto Butantan apresenta uma eficácia geral de 79,6% na prevenção da doença. Os dados foram divulgados na revista científica “New England Journal of Medicine (NEJM)”.

A vacina de dose única é uma tecnologia nacional onde se mostrou eficaz e segura contra os sorotipos da dengue DENV-1 e DENV-2. Os dados do ensaio clínico de fase 3, foi realizado com 16.235 participantes em 16 centros de pesquisa espalhados pelo Brasil.

A eficácia geral do imunizante no período foi de 79,6% entre participantes sem evidência de exposição prévia à dengue e de 89,2% entre aqueles com histórico de exposição. A expectativa do instituto é submeter ainda este ano a vacina para aprovação da Anvisa.

“Quando falamos de vacina da dengue, estamos, na verdade, falando de quatro vacinas ao mesmo tempo. Esse é o aspecto mais difícil: fazer com que quatro vacinas contra os quatro tipos de vírus da dengue andem em caminhos paralelos e induzindo à proteção de forma equilibrada”, explica Esper Kallás, primeiro autor do artigo, diretor do Instituto Butantan e professor licenciado do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) em declaração ao portal Jornal da USP.

A eficácia da vacina foi de 80,1% entre os participantes de 2 a 6 anos de idade, 77,8% entre 7 a 17 anos de idade e 90,0% entre 18 a 59 anos. Já a eficácia contra DENV-1 foi de 89,5% e contra DENV-2 foi de 69,6%. DENV-3 e DENV-4 não foram detectados durante o período de acompanhamento.

“Em termos gerais, depois de dois anos [esse resultado de] 80% é excelente para esses dois tipos. Existem pequenas variações da faixa etária, mas o que é importante é que a gente tenha tido esse resultado”, relata Jorge Kalil, diretor do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração (Incor) da FMUSP.

“A vacina contra a dengue do Instituto Butantan representa um grande avanço para o País”, afirmou Dimas Covas, professor da USP e ex-diretor do Instituto Butantan entre 2017 e 2022. “A publicação dos resultados iniciais do estudo clínico, que envolveu mais de 16 mil voluntários, mostrou elevada eficácia com apenas uma dose, o que a diferencia das vacinas de outras companhias. Também é um grande exemplo da importância de desenvolvermos a biotecnologia nacional”, continuou.

Para centrais: “redução de 0,5 ponto na Selic é pouco para estimular a produção”

Dirigentes das centrais sindicais reagiram à queda de apenas 0,5 ponto percentual da Taxa Selic pelo Banco Central, nesta quarta-feira (31).

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a queda é “tímida e insuficiente para aquecer o consumo, gerar empregos e estimular a produção. Um pouco mais de ousadia traria enormes benefícios para o setor produtivo, que gera emprego e renda e anseia há tempos por um crescimento expressivo da economia. É um absurdo esta mesmice dos tecnocratas do Banco Central”, afirmou o dirigente sindical.

De acordo com Miguel Torres, o Brasil precisa de uma queda drástica na taxa de juros. “Com a pequena queda, o Brasil ainda sofrerá com uma taxa de 11,25%”, disse.

Para a vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Juvandia Moreira, “não tem como a Selic prosseguir nesses níveis”. Ela questiona: “Como vamos implementar um projeto de reindustrialização no Brasil, investir na Saúde, em obras do PAC, como o Estado irá conseguir somar dinheiro para tantas áreas fundamentais, com os juros acima dos 10%?”.

Segundo Juvandia, “os empresários deveriam ser os primeiros a engrossar os protestos contra os juros altos, mas eles seguem omisos”, avalia.

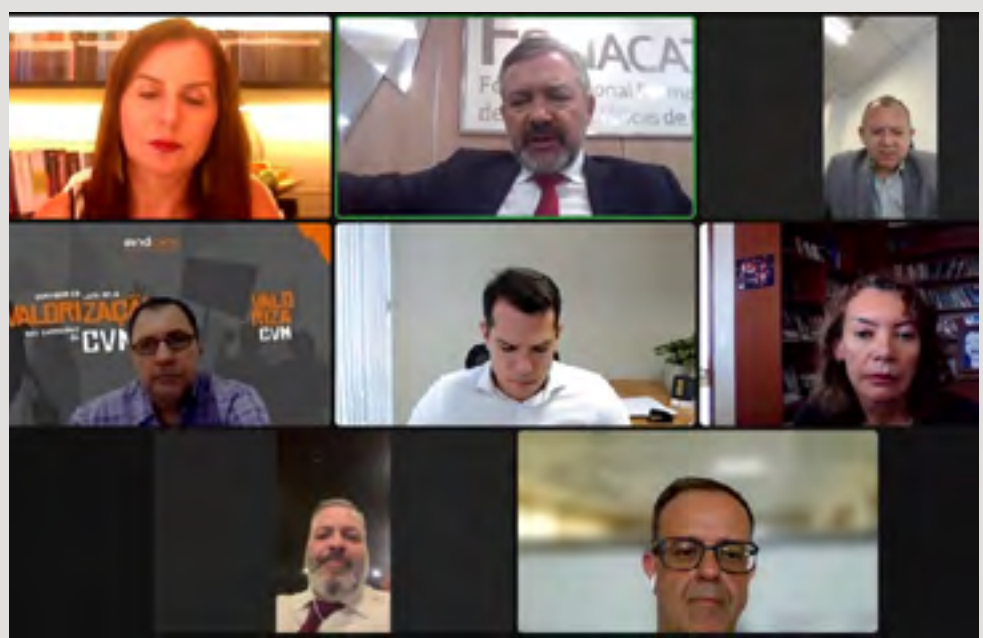
Para o presidente da Força Sindical, “juros em patamares estratosféricos sangram as riquezas do País, criam enormes obstáculos ao desenvolvimento nacional e comprometem a geração de postos de trabalho e os investimentos sociais. Insistimos que a manutenção dos juros em patamares proibitivos trava a retomada do crescimento econômico”, pondera.

“A questão do emprego nunca foi o foco do BC e foi isso que nós exigimos da entidade de política monetária. As justificativas para definir a Selic, usadas em todos os relatórios que o Copom publica após cada reunião, se resumem ao controle da inflação, quando na verdade outros mecanismos e outros fatores são responsáveis pela inflação”, destaca Juvandia.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Eduardo Armond, presidente da Fed. dos Trabalhadores nas Indústrias de MG



Servidores federais unificam proposta de reajuste salarial e defendem índice de 10,3% já em 2024

As entidades representativas dos servidores públicos do Executivo Federal que compõem o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), as entidades do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e as Centrais Sindicais unificaram a proposta de reajuste salarial para o funcionalismo a ser apresentada ao governo.

As entidades rejeitam de forma unânime a proposta do governo, apresentada no final do ano passado, de reajuste zero em 2024 e defendem um reajuste dividido em três parcelas já a partir deste ano.

Na contraproposta dos servidores, protocolada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na quarta-feira (31), constam dois blocos de recomposição salarial: reajuste de 34,32% dividido em 3 parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017); e reajuste de 22,71% dividido em 3 parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019). A proposta ratifica, ainda, o pedido de equiparação de benefícios

(alimentação, creche e per capita de saúde) e de maior celeridade às mesas específicas de negociação.

As entidades definiram pela unificação das propostas, antes apresentadas separadamente, em reunião também nesta quarta-feira. “Uma vez que o documento das Centrais e do Fonasefe converge com a contraproposta apresentada pelo Fonacate no dia 10 de janeiro, em um gesto de boa vontade e para acelerar o andamento da negociação, as entidades do Fonacate aprovaram subscrever e entregar uma proposta unificada ao governo federal”, diz a entidade em nota.

Ainda de acordo com o Fonacate, sobre a pauta não-remuneratória, o documento entregue ao MGI solicita revogação imediata de algumas medidas, como a Instrução Normativa (IN) nº 2, que dificulta a atividade sindical; uma posição contundente do governo contra a PEC 32/2020, da “reforma” administrativa; e o fim da contribuição previdenciária para os servidores públicos aposentados (PEC 555/2006).

Com a entrega da contraproposta unificada, a expectativa das entidades é de que o MGI agende a próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação

Permanente (MNNP) o mais breve possível para dar resposta aos servidores.

DOCENTES FEDERAIS

Os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior rejeitaram a proposta de congelamento salarial em 2024, apresentada pelo governo federal aos servidores em dezembro do ano passado. Em reunião no último dia 27, a categoria, representada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Ifes (Andes-SN), aprovou adesão ao movimento nacional do funcionalismo em defesa de reposição das perdas já a partir desse ano.

“A realização da reunião do setor das Ifes e os encaminhamentos tirados fortalecem a unidade na luta com os servidores (as) públicos federais, enquanto se acatou a resposta à contraproposta do governo, construída conjuntamente pelo Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais, a qual rejeita reajuste zero em 2024; não aceita a exclusão de aposentados(as); não abre mão das perdas salariais desde 2010 e eleva os percentuais de recomposição salarial para 2024, 2025 e 2025”, afirma Lúcia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Ifes.



Eduardo Armond frente entre trabalhadores e empresários em defesa da indústria nacional

Eduardo Armond, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais, membro do Conselho de Representantes da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, em entrevista exclusiva à Hora do Povo, declarou que, em nome da federação da qual é presidente, irá propor à CNTI uma campanha nacional pela reindustrialização do país. Um “Pacto entre trabalhadores e empresários em defesa da indústria nacional”, resumiu. “A CNTI, a CNI e o governo devem se sentar à mesa, assumir o comando e constituir uma sólida aliança”, declarou.

A seguir, a entrevista na íntegra.

CARLOS PEREIRA

HP – Qual sua avaliação do projeto apresentado pelo presidente Lula?

E.A – É um avanço o governo brasileiro resolver priorizar a indústria e restabelecer o planejamento da política industrial. Estabelecer metas e objetivos. Após décadas, o presidente da República retoma aquilo que já foi nosso orgulho, a industrialização do país, sem bajulação ou submissão à lógica e aos interesses das multinacionais e do rentismo.

O projeto do presidente Lula, coordenado pelo vice Alckmin, se propõe a superar gargalos como a questão da digitalização das empresas, das novas tecnologias, de agregar valor à agroindústria e à indústria extrativista, a dar prioridade no financiamento e nas compras às indústrias com conteúdo nacional. É fundamental que a gente tenha uma política de câmbio que fortaleça as exportações, é um resgate da soberania nacional colocando no centro o desenvolvimento nacional.

HP – Concretamente, você está propondo o apoio dos sindicatos ao projeto?

E.A – Nós temos que apoiar o financiamento e a proteção à indústria nacional. Vou discutir na CNTI, onde eu sou diretor, levar à CNI (Confederação Nacional da Indústria) a proposta de celebração de um Pacto pela reconstrução da indústria nacional, um pacto entre trabalhadores e empresários. Uma frente ampla, na defesa da reindustrialização. Temos que fazer uma aliança forte neste sentido. Apesar de todas as perseguições, quem tem condições, consciência acumulada, força e experiência de mobilização, é o movimento sindical

HP – Com a política deficit zero, de onde vão sair os recursos para o projeto?

E.A – Esse é o nosso problema, o serviço da dívida. O serviço da dívida pública é metade do orçamento. Só de juros, foram R\$ 700 bilhões em 2023. O total da dívida hoje está em R\$ 8 trilhões. Em 1992 eram de R\$ 250 bilhões. Não dá para o povo carregar este fardo. A dívida está escravizando o país. É um cheque especial gigante.

Você tem uma dívida com os bancos, que cobram juros extorsivos, que leva a metade do seu orçamento. Você vai negociar o quê? O dinheiro dos remédios, da comida e dos estudos dos meninos? Do aluguel? Da saúde, luz, água, para poder pagar os bancos? Metade do orçamento está

indo para o pagamento dos serviços da dívida mais os juros. Tendo ou não tendo correlação de forças, temos que evitar isso. Temos a obrigação de retomar esse debate. Essa dívida foi feita como? Foi feita uma auditoria da dívida? Ela é legítima ou ela foi imposta? O déficit zero é discutido só dos investimentos. Dos programas sociais, aí corta tudo. Do outro lado, é pagamento integral.

HP – E então?

E.A – Que haja uma redução forte dos juros. O projeto fala em R\$ 300 bilhões em três anos. São R\$ 100 bilhões por ano. É muito pouco. O tamanho do projeto, além de tudo, fica pressionado pela situação de catástrofe econômica deixada pelo governo anterior e pela política de lesa-pátria de Bolsonaro e do ex-ministro Guedes.

HP – Como chegamos nesse ponto?

E.A – Nas últimas décadas nossas elites, a burguesia nacional, apoiou as amarras que derrubaram a economia: os juros escorchantes, a prioridade religiosa para o pagamento do serviço da dívida, a crença no investimento estrangeiro, a remessa de lucros, o câmbio valorizando o real e barateando as mercadorias estrangeiras, o modelo agrário exportador. Eu acredito que o buraco em que nos meteram pode ser uma alavanca da consciência nacional. Como disse o presidente Lula, se nós não botarmos pressão pela melhoria das condições de trabalho, pela mudança na situação nacional, as coisas não vão para frente.

Lá em Minas Gerais, onde eu milito, em vez de defender a Siderurgia, a produção de Lítio, eles mesmos defendem o chamado empreendedorismo. Empreendedorismo é formação, entre aspas, de camelo sem proteção social. Participo da Fundação Dom Cabral, nas reuniões da FIEMG e não vejo empresário defender a indústria.

Eu fui do Conselho Nacional de Informática e tive o prazer de votar contra a entrada aqui de software que nós já tínhamos similares no Brasil, na COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fomos nós que abrimos nosso mercado para eles. Se nós não defendermos nossa indústria, eles vêm e matam. É isso que acontece: focam uma lógica subalterna ao capital internacional.

HP – Você está de acordo com as prioridades estabelecidas?

E.A – Para nós, o prioritário agora é ampliar a agregação de valor na agroindústria, implementar uma política de industrialização na área de fármacos, investir pesadamente na transformação digital, modernizar máquinas e equipamentos. Falta um núcleo central para gestar essa política. É preciso que a modernização signifique também a melhoria das condições de trabalho. O investimento público que vai modernizar a indústria nacional tem que também melhorar a segurança no trabalho. Hoje, são 70.000 amputações por ano e 2.100 trabalhadores morrem por acidente de trabalho. Faltam recursos do Estado para a fiscalização. Os sindicatos estão paralisados pela falta de recursos. A reforma trabalhista tentou sufocar financeiramente os sindicatos, acabando com a arrecadação da contribuição sindical. Resolver isso é uma questão fundamental.

Encontro reúne Oficiais da Marinha Mercante, petroleiros e centrais em defesa da indústria naval brasileira

O Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar), no Centro do Rio de Janeiro, sediou na última quarta-feira (31) o Fórum pela Retomada da Indústria Naval, que reuniu diversas entidades do segmento, sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, marítimos, petroleiros e construção naval, conselho regional de técnicos, além de representantes das centrais CUT e CTB.

O encontro debateu propostas e ações que incentivem a retomada do setor, com construção de navios pela Petrobrás, geração de emprego na indústria naval e combate ao afretamento exagerado de petroleiros e gaseiros construídos e registrados em outros países, como denunciou a direção do Sindmar, ao lembrar a recente compra de serviços pela “direção executiva de logística da Petrobrás, para afretamento de embarcações do tipo DPST (navios-tanque com sistema de posicionamento dinâmico) a serem construídos na China e na Coreia do Sul”.

Ressaltando a importância do aumento da frota da Petrobrás para a construção naval, o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Joacir Pedro, falou dos problemas enfrentados com a política pró-privatização do governo Bolsonaro e denunciou que esses mesmos gerentes que atuavam na gestão anterior da empresa, “lamentavelmente, permanecem em cargos importantes de gerência até hoje”.

“A gestão anterior pegou a Transpetro com mais de 60 navios e entregou com apenas 26, que foram construídos no programa de modernização da frota dos governos Lula e Dilma. Ao mesmo tempo, tiraram da Transpetro a governança, tiraram a Transpetro do jurídico, que agora está voltando, enfim, tentaram preparar a Transpetro para ela poder ser privatizada, como foram algumas unidades da Petrobrás. É necessário corrigir isso”, e acrescentou, “se nós não construirmos esses navios, a Transpetro estará com a sua morte anunciada dentro de poucos anos”.

O presidente do Sindmar e da Contt-

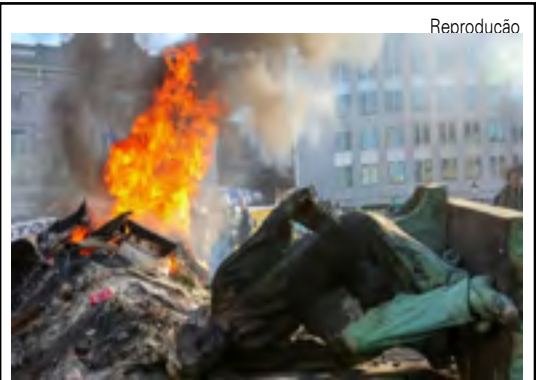
maf, Carlos Müller, também denunciou a atual gestão da Petrobrás de, “de maneira desalinhada com os rumos propostos por seu acionista maior – o Estado brasileiro”, dar continuidade ao que já ocorria na gestão anterior da empresa.

“Não é possível que o Brasil continue à mercê de gerentes de escalão inferior com motivações equivocadas, que não seguem a legislação e se mostram incapazes de perceber os danos que estão causando ao País”, observou Carlos Müller.

De acordo com Müller, “a maior empresa do Brasil, que responde por 70% de todas as cargas movimentadas na costa do País, não está alinhada com o crescimento da frota em bandeira brasileira. Hoje, em nossa cabotagem, na área de petróleo e gás, são apenas 11 navios brasileiros operados pela Transpetro e mais de 100 estrangeiros afretados pela Logística da Petrobras. O plano estratégico da empresa não prevê ações para reduzir a dependência externa”, avaliou.

A secretária-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/RJ) e dirigente do Sindimetal/Rio, Raimunda Leone, ressaltou a importância da mobilização através do Fórum na defesa do setor há mais de duas décadas. “O Fórum, lá nos anos 2000, foi o principal interlocutor dessa frente de luta em defesa da indústria naval e através desse trabalho nós conseguimos recuperar parte da atividade aqui no Rio de Janeiro. Então, nós já temos experiência de como encaminhar, porque só vamos conseguir avançar se a gente estiver organizada e mobilizada”, afirmou.

Ao final do encontro foram aprovadas diversas atividades que serão encaminhadas nos próximos dias, como a organização de uma manifestação ampla em defesa da construção naval, que deve ocorrer em março, além de outras ações organizadas em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Construção Naval, as frentes estaduais e ações junto ao governo federal.



Manifestantes diante do Conselho Europeu
Bruxelas tem tratoração em repúdio a diesel caro

1300 tratores tomaram Bruxelas na quinta-feira (1º) e uma multidão indignada cercou o Parlamento Europeu, queimando lenha e esturme e arremessando ovos e fogos de artifício, em repúdio à crise que aflige o setor agrícola europeu, enquanto o Conselho Europeu se reunia no prédio e aprovava mais 50 bilhões de euros para a guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia.

Agricultores belgas, franceses e italianos participaram do protesto e a tropa de choque usou canhões de água para apagar as chamas e repelir os manifestantes, que tentavam ingressar no prédio.

“Está acontecendo em toda a Europa, então vocês devem ter esperança”, disse à Reuters Kevin Bertens, um agricultor dos arredores de Bruxelas, nos protestos na capital belga. Simultaneamente, manifestações de agricultores na Itália e na Grécia. Os espanhóis estão prometendo botar os tratores nas ruas na próxima semana.

Os protestos agrícolas motivaram o presidente francês, Emanuel Macron, a reiterar declarações contra a conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia, enquanto os governos da Espanha e da Alemanha se pronunciavam a favor.

Nas últimas semanas, agricultores por toda a Europa têm protestado contra a alta dos custos da produção; a ameaça de corte dos subsídios ao diesel; a entrada a preços irrisórios da produção agrícola ucraniana, isentada de impostos, a pretexto de apoio à guerra, isto é, um dumping sancionado por Bruxelas; o achaque praticado pelas cadeias monopolistas de supermercados; a regulamentação ambiental que consideram demasiadamente rígida; e, agora, a conclusão do acordo Mercosul-UE.

TRATORAÇÕES

Na França, Paris chegou a ficar cercada por tratores no início da semana, apesar de o governo Macron ter anunciado algumas medidas emergenciais para atender aos agricultores, com os protestos por todo o país contando com 10 mil agricultores e 5 mil tratores bloqueando estradas.

Na Alemanha, desde dezembro os manifestantes exigem de Scholz a manutenção do subsídio para o diesel, que foi instituído, via redução do imposto, para amenizar a alta do custo da energia, decorrente do muito mais caro do GNL importado dos EUA, em comparação com o gás russo.

Na Polônia e na Romênia as manifestações foram provocadas principalmente pela entrada de cereais da Ucrânia a preços muito baixos, graças à isenção concedida pelas autoridades europeias, em detrimento da produção local.

Os agricultores permanecerão nas estradas “enquanto for necessário”, disse Luc Smessaert, vice-presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Agricultores (FNSEA), a maior entidade, enquanto os agricultores organizavam acampamentos improvisados na região de Paris com fardos de palha, cisternas de água e casas de banho portáteis.

O Sindicato dos Jovens Agricultores também participa da mobilização, que atinge grandes cidades como Lyon e Bordeaux. “Não somos bandidos. Só queremos respostas, porque este é o nosso último comboio, a nossa última batalha pelos agricultores (...) É uma questão de sobrevivência”, disse Karine Duc, membro do sindicato da Coordenação Rural, à AFP.

Bélgica condena a agressão de Israel contra sua agência humanitária na Faixa de Gaza

Autoridades belgas expressaram indignação na quinta-feira (1º) depois que as forças israelenses bombardearam o prédio de escritórios da Agência Belga de Cooperação para o Desenvolvimento na Faixa de Gaza, um ataque que ocorreu depois que a Bélgica se recusou a se juntar aos EUA no corte do financiamento à agência de refugiados palestinos das Nações Unidas, a UNRWA.

“Os escritórios da Enabel, a agência belga de desenvolvimento em Gaza, foram bombardeados e destruídos”, escreveu Hadja Lahbib, ministra das Relações Exteriores da Bélgica, nas redes sociais. “Atacar edifícios civis é inaceitável.”

Lahbib e Caroline Gennez, ministra da Cooperação para o Desenvolvimento e Política Urbana da Bélgica, publicaram fotos do prédio destruído e exigiram uma reunião com o embaixador enviado de Israel ao país para discutir o ataque.

“Estamos todos chocados”, disse Jean Van Wetter, que dirige a agência belga de cooperação. “Como uma agência governamental que trabalha para o bem comum em um quadro do Direito Internacional Humanitário”, acrescentou, “não podemos aceitar isso”.

Acredita-se que nenhum dos funcionários da agência estava presente quando as forças israelenses atacaram o prédio, já que a Bélgica retirou funcionários da Enabel e suas famílias do território há duas semanas.

Uma análise de dados de satélite divulgada no início desta semana mostrou que mais da metade dos edifícios de Gaza foram danificados ou destruídos pelo bombardeio apoiado pelos EUA de Israel ao enclave palestino – uma das campanhas de bombardeio mais devastadoras da história moderna.

O momento do ataque ao edifício de escritórios belga chamou a atenção, com analistas apontando para o fato de que a Bélgica é um dos poucos países ocidentais – ao lado da Noruega, Espanha e Irlanda – que não suspenderam a ajuda à UNRWA diante da alegação de Israel de que uma dúzia de funcionários da agência [entre 13 mil] teria participado do ataque de 7 de outubro.

“A Bélgica é um dos países ocidentais que se recusou a cortar o financiamento à UNRWA. Então, Israel acabou de bombardear o escritório da Agência Belga de Cooperação para o Desenvolvimento em Gaza”, postou nas redes sociais Trita Parsi, vice-presidente executiva do Instituto Quincy para o Estado Responsável. “Isso é um resultado direto da impunidade que Washington proporcionou a Israel.”

Rússia convoca CS da ONU após belicista Biden bombardear Síria, Iraque e Iêmen



Iemenitas marcham contra agressão dos EUA e em solidariedade aos palestinos

MacDonald’s, Coca-cola, Walmart e Cargill utilizam trabalho escravo de prisioneiros norte-americanos

O trabalho escravo, forçado e não remunerado, em fazendas penitenciárias dos Estados Unidos é usado por empresas como McDonald’s, Walmart e Coca-Cola, revelou investigação da Associated Press.

Os detentos, em sua maioria negros, são obrigados a trabalhar sob vigia constante e sem direitos ou condições mínimas. Eles também não podem reclamar, sob risco de serem colocados em cela solitária e perder sua liberdade condicional. Quando há salário, ele varia entre US\$ 0,02 e US\$ 0,40 por hora.

Um dos casos investigado pela The Associated Press é o da Penitenciária Estadual da Louisiana, também chamada de “Angola” por ter sido construída em uma antiga fazenda que utilizava trabalho escravo.

Calvin Thomas, que esteve por 17 anos neste presidio, disse que “você não pode chamar isso de nenhuma outra coisa. É apenas escravidão”.

“Se ele [guarda] atirar para o alto porque você ultrapassou essa linha, isso significa que você será trancado e terá que pagar pela bala que ele disparou”.

Outro ex-detento em “Angola”, Willie Ingram, conta que viu pessoas trabalhando sob forte calor e sem acesso à água. Em caso de protesto, os policiais penitenciários partiam para a violência contra os detentos.

A Penitenciária Estadual da Luisiana hoje “abriga cerca de 3.800 homens atrás de seus muros de arame farpado, cerca de 65% deles negros”, segundo a AP. Eles trabalham, inicialmente de graça, criando gado.

“Caminhões sem identificação, cheios de gado criado na prisão, saem da Penitenciária Estadual da Louisiana, onde os homens são condenados a trabalhos forçados e forçados a trabalhar, por centavos por hora ou, às vezes, por nada”, identificou a reportagem da AP.

As vacas são vendidas no mercado local e depois encaminhadas para um matadouro no Texas. A carne é depois utilizada em redes como McDonald’s, Walmart e Cargill.

Outras penitenciárias obrigam os detentos a produzir cereais e farinhas, que depois são utilizadas até pela Coca-Cola. Os produtos vindos do trabalho forçado “estão nas prateleiras de praticamente todos os supermercados do país, incluindo Kroger, Target, Aldi e Whole Foods”.

“Os gigantescos comerciantes de commodities que são essenciais para alimentar o mundo, como Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Archer Daniels Midland e Consolidated Grain and Barge – que juntas registram receitas anuais de mais de US\$ 400 bilhões – arrecadam nos últimos anos milhões de dólares em soja, milho e trigo direto das prisões, que competem com os agricultores locais”, assinalou a AP.

“As maiores operações [de fazendas penitenciárias] continuam no sul e as colheitas são feitas em uma série de antigas fazendas escravistas, incluindo no Arkansas, Texas e na notória Fazenda Parchman, no Mississippi. Esses estados, juntamente com Flórida, Alabama, Carolina do Sul e Geórgia, não pagam nada pela maioria dos tipos de trabalho”, assinala o jornal.

A Fazenda Parchman é famosa por ser citada em um blues de 1937, composta por Bukka White, que relata o trabalho forçado na Penitenciária Estadual do Mississippi.



Guarda penitenciário conduz prisioneiros na Luisiana

Polícia argentina fere mais de 30 jornalistas que cobriam ato contra o projeto de Milei

LEONARDO W. SEVERO e MARIANO VÁZQUEZ de Buenos Aires

No final da tarde desta quinta-feira (1) milhares de policiais, pertencentes a todas as forças de segurança, avançaram sobre o protesto pacífico contra a “Lei Ônibus” do governo de Javier Milei com gases, balas de borracha e jatos de água, deixando mais de 60 manifestantes e 30 jornalistas feridos em frente ao Congresso argentino.

Cinicamente, a ministra da Segurança, Patricia Bulrich, perguntou: “Que violência houve?”. Ao mesmo tempo, as emissoras de televisão mostravam o sangue correndo no corpo das pessoas.

AGRESSÃO POLICIAL

Uma das imagens mais grotescas foi observar policiais armados até os dentes agredindo sem piedade a aposentados e pensionistas que denunciavam o brutal arrocho de sua renda por um projeto que prioriza os cartéis transnacionais e os bancos.



Agressão policial feriu jornalistas e pensionistas

O Sindicato dos Jornalistas de Buenos Aires rechaçou “os ataques deliberados das forças de segurança a trabalhadores de imprensa que foram feridos por fazer seu trabalho” e apontou três dezenas “de companheiros de meios públicos, privados e independentes atingidos por balas de borracha, pauladas e danos provocados por gás lacrimogêneo”.

A Central dos Trabalhadores da Argentina Autônoma se declarou “em estado de alerta e mobilização diante do atropelo à democracia realizada pela grave repressão contra o povo que saiu às ruas para defender os direitos conquistados”.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) denunciou que o “modelo de Milei é ajuste, repressão e violência para gerar medo na sociedade argentina a qual propõe degradar, desintegrar e seguir empobrecendo”.

ATROPELO

A projeção é que nesta sexta-feira (2) o Congresso aprove em geral o projeto governamental que prevê a privatização de setores estratégicos, a estrangeirização da terra, o assalto à Seguridade Social e o desmonte da cultura.

Ao longo do dia de hoje as organizações populares voltarão a se concentrar, afirmando aos deputados que “a Pátria não se vende, se defende”.

Biden chama sua violação da soberania alheia de “retaliação”, sem dizer a quem, após ataque com drone à base norte-americana na fronteira jordano-síria, em que 3 soldados dos EUA morreram e 40 ficaram feridos

Chamada “retaliação”, como se referiu Biden à agressão contra a Síria, Iraque e Iêmen, foi ordenada pelo presidente belicista após ataque contra a base norte-americana que fica na fronteira jordano-síria e é parte do complexo de Al Tanf, este inequivocamente em solo sírio e que serve de sustentação à ocupação ilegal de um terço do território da Síria pelos EUA e a pilhagem constante de petróleo e trigo.

Os bombardeios norte-americanos à Síria e ao Iraque provocaram cerca de 39 mortos, segundo avaliações iniciais, inclusive de civis, e, segundo Washington, atingiram “85 alvos”.

Na agressão de um Biden a cartar marra em busca desesperada por votos, com as eleições se aproximando, os EUA utilizaram até mesmo bombardeiros B-1, que decolaram do Texas.

A escalada foi repelida pela Rússia, que pediu em caráter de urgência uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, que irá ocorrer nesta segunda-feira (5).

“Condenamos veementemente o novo ato flagrante de agressão americano-britânica contra Estados soberanos. Procuramos uma consideração urgente da situação emergente através do Conselho de Segurança da ONU”, enfatizou a porta-voz da diplomacia russa, Maria Zakharova.

A diplomata classificou os ataques aéreos no território do Iraque e da Síria como “um total desrespeito pelo direito internacional por parte dos Estados Unidos”.

Ao atacar quase continuamente alvos alegadamente pertencentes a grupos pró-iranianos, os Estados Unidos estão deliberadamente tentando mergulhar os maiores países da região no conflito, ela assinalou.

Zakharova registrou que a operação aérea dos EUA na região foi a maior desde 2003 e não tem justificativa, apesar de “apresentada por Biden como um ‘ato de retaliação’ por um ataque com um UAV de origem desconhecida a uma base dos EUA na Jordânia.

“Tentativas de ‘flexionar os músculos’ com o objetivo de influenciar a situação política interna na América, o desejo de corrigir de alguma forma o curso fracassado do atual governo americano na arena internacional, através de uma nova escalada da tensão internacional, só irá minar ainda mais a posição dos EUA no mundo árabe”, ela advertiu.

Zakharova concluiu, apontando que Washington não procura e nunca procurou soluções para os problemas da região, e só faz piorar “as contradições crônicas no Médio Oriente”.

“VIOLAÇÃO DA SOBERANIA”

Síria e Iraque repudiaram a escalada, que poderá arrastar a região a “consequências indesejáveis”.

“A Síria condena esta flagrante violação americana e rejeita categoricamente todos os pretextos e mentiras promovidos pela administração americana para justificar este ataque”, disse o Ministério das Relações Exteriores da Síria em um comunicado no sábado (3).

Damasco denunciou “danos significativos” e acusou Washington de atacar as forças sírias encarregadas de conter os remanescentes do Estado Islâmico. Acrescentou que está determinado a libertar todo o território sírio de todo o terrorismo e ocupação, incluindo a ocupação dos EUA, que “não pode persistir”.

“A agressão dos EUA hoje de madrugada não tem justificativa, mas é uma tentativa de enfraquecer a capacidade do exército sírio de combater o terrorismo”, afirmou.

O porta-voz das Forças Armadas do Iraque, Yahya Rasool, chamou os ataques norte-americanos de “violação da soberania iraquiana”, que poderá “arrastar o Iraque e a região para consequências indesejáveis, os resultados serão terríveis para a segurança e estabilidade no Iraque e na região”.

De acordo com autoridades de segurança iraquianas, os ataques dos EUA atingiram instalações utilizadas pelo al

Hashed al Shabi ou Unidades de Mobilização Popular (PMU) perto da fronteira Iraque-Síria.

Foram quatro séries de ataques contra a província síria de Deir Ezzor, cuja capital sofreu um apagão. Supostas instalações dos grupos paramilitares na região desértica de Mayadin e a leste da cidade de Abu Kamal, perto da fronteira com o Iraque, foram bombardeadas. A Al Qaim, no Iraque, perto da fronteira com a Síria, também foi bombardeada.

Biden prometeu continuar a escalada “contra a Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRCG) e milícias afiliadas em momento e local de nossa escolha”.

A União Europeia avalia a situação no Oriente Médio como crítica após os ataques dos EUA na Síria e no Iraque, teme que saia do controle e pede uma desescalada, disse o chefe de política externa da UE, Josep Borrell, ao chegar a uma reunião informal de ministros das Relações Exteriores da UE.

“Temos repetido mais uma vez que o Oriente Médio é uma caldeira que pode explodir”, disse Borrell a repórteres. “Pedimos a todos que tentem evitar uma escalada. Estamos vivendo uma situação crítica no Oriente Médio, em toda a região”, enfatizou.

IÊMEN

No sábado (3), EUA e Reino Unido voltaram a bombardear o Iêmen, tendo perpetrado mais de 35 ataques contra 13 cidades iemenitas, inclusive Sanaa, a capital, segundo o canal libanês Al-Mayadeen.

O porta-voz dos revolucionários do movimento Ansarallah, Muhamad Abdel Salam, afirmou no domingo (4) que “a continuação dos ataques americanos e britânicos contra o Iêmen não alcançará nenhum objetivo para os agressores, mas aumentará os seus dilemas e problemas em nível regional”.

Dirigindo-se aos governos dos EUA e do Reino Unido, Abdel Salam recomendou que em vez de criar tensões e abrir uma nova frente na região, prestem atenção à opinião pública internacional, que exige a cessação imediata da agressão israelense, o levantamento do cerco de Gaza e não proteger Israel à custa do povo palestino.

“É preciso sublinhar que as incursões agressivas, seja contra o nosso país, seja contra o Iraque e a Síria, aumentarão o ódio do povo e o unirã contra a presença colonial americana na região”, acrescentou.

A decisão do Iêmen de apoiar Gaza – ele enfatizou – “é firme e baseada em princípios, pelo que não será afetada por qualquer agressão”.

Diante do cerco total israelense que está matando os palestinos de Gaza de fome e os bombardeios inclementes e expulsão dos palestinos de seus lares, o Iêmen decidira bloquear a passagem no Mar Vermelho às embarcações israelenses ou transportando cargas para Israel, o que vem fazendo desde novembro passado, e que só foi ampliado para embarcações norte-americanas e inglesas quando Washington e Londres começaram a bombardear o país.

Ele advertiu que as capacidades militares do Iêmen não podem ser facilmente destruídas, uma vez que foram reconstruídas durante anos de uma guerra dura.

O bombardeio deste domingo foi executado com mísseis Tomahawk lançados de navios de Guerra dos EUA na região e por caças-bombardeiros F/A-18 do porta-aviões USS Eisenhower.

O Iêmen prometeu responder “à escalada com escalada”, sublinhou Mohammed Al Bukhaiti. As operações militares contra Israel vão continuar “até que a agressão contra Gaza pare, não importa que sacrifícios isso nos custe”.

“A raiz das tensões e crises no Oriente Médio é a ocupação de Israel e o genocídio dos palestinos com o apoio ilimitado da América”, afirma o porta-voz do Ministério do Exterior iraniano.



Em um ano China cresceu em 55% a energia solar

China instalou mais painéis solares no ano de 2023 que todos os outros países juntos

A China instalou mais painéis solares e outros tipos de energia limpa ao longo de 2023 do que todos os outros países do mundo juntos. Em 12 meses, a China aumentou em 55% sua capacidade de produção solar.

Em um ano, a China instalou painéis capazes de produzir 216,9 gigawatts (GW). Em 2022, essa produção foi de 87,4 GW.

O montante instalado pelo país asiático ao longo de 2023 representa mais do que toda a capacidade dos Estados Unidos, isto é, tudo aquilo que se acumulou ao longo dos anos, e não somente em 2023.

Ao todo, os EUA agora têm capacidade de produzir 175,2 GW através dos painéis solares.

Já a China, com o crescimento histórico realizado em 2023, chegou a uma capacidade total de 609,6 GW instalados. Isso representa um aumento de 55% em relação ao montante de 2022.

Além da produção solar, a China investiu e aumentou em 20,7% sua produção eólica. Os 75,9 GW adicionados em 2023 são mais do que o dobro do instalado em 2022.

As duas fontes renováveis e limpas estão crescendo mais do que a geração térmica, isto é, por carvão. A capacidade de geração térmica subiu 57,9 GW ao longo do ano.

De acordo com um levantamento da Bloomberg, a China foi responsável por 58% da instalação de painéis solares e de 60% das instalações eólicas de todo o mundo.

Considerando todas as fontes de energia, renováveis ou não, a China aumentou em 13,9% sua capacidade instalada em 2023. Esse investimento está alinhado com a política de industrialização do país, que no ano passado conseguiu aumentar em 4,6% sua produção industrial.

Nazistas ucranianos bombardeiam padaria e assassinam 28 civis

O bombardeio realizado pelas forças nazistas ucranianas, no sábado (03), contra uma padaria na cidade de Lisichansk quando havia dezenas de pessoas fazendo fila para receber pão, e que deixou ao menos 28 mortos, é um “monstruoso ato terrorista”, afirmou o porta-voz da Presidência russa, Dmitri Peskov.

“É impossível chamar isso de outra coisa senão um ato terrorista. Os ataques continuos à infraestrutura civil, neste caso uma padaria, são atos monstruosos”, frisou Peskov aos repórteres.

Lisichansk está localizada perto da linha de frente. Abandonando a cidade, as tropas ucranianas destruíram vários edifícios administrativos e danificaram outras infraestruturas importantes.

Segundo autoridades de Lugansk, região onde fica a cidade de 100.000 habitantes bombardeada, o ataque ao edifício de dois andares – que também albergava um restaurante – foi realizado com um míssil HIMARS de fabricação norte-americana. “Os funcionários de emergência salvaram dez cidadãos. Infelizmente, 28 pessoas, incluindo uma criança, morreram”, informou o Ministério para Situações de Emergência da Rússia.

Os esforços de resgate nos escombros do prédio ocor-

reram durante toda a noite e não está descartado que o número de mortos aumente.

A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Maria Zakharova, afirmou que Moscou espera que as organizações internacionais “condenem rápida e incondicionalmente ” este ataque . “O regime de Kiev bombardeou áreas pacíficas da cidade de Lisichansk e as instalações de infraestrutura civil foram submetidas a um ataque brutal. Devido às ações terroristas dos neonazistas ucranianos, uma padaria foi destruída e muitas pessoas foram assassinadas”, denunciou a diplomata em uma postagem no Telegram.

“Segundo dados preliminares, o ataque foi realizado com armas ocidentais. O novo ataque terrorista expressa a ‘gratidão’ dos extremistas de Kiev pelo ‘generoso’ apoio financeiro dos países da União Europeia. Os cidadãos europeus precisam saber como os seus impostos estão sendo utilizados – são utilizados para comprar sistemas de armas mortíferas e enviá-los para o regime de Kiev, que os utiliza para matar civis”, complementou.

Zakharova reafirmou que Moscou informará em detalhe às organizações internacionais sobre o mais recente “ato de terrorismo da gangue de Zelensky”.

Massacre em Gaza: 30 corpos de palestinos executados por Israel



Mais trabalho para Corte de Haia: corpos de palestinos algemados e vendados

Número dos sem moradia nos EUA cresce 12% em um ano, revela estudo de Harvard

Sem-teto nos Estados Unidos apresenta crescimento de 12% entre 2022 e 20223 e atinge recorde histórico: chegam a 653.100 sem moradia ao final de 2023. É o que aponta um levantamento feito por Harvard.

Negros e latinos são os mais afetados pelo aumento desenfreado nos aluguéis e pela falta de políticas públicas de habitação.

Entre 2022 e 2023, mais 71 mil pessoas ficaram sem um local para morar nos EUA. É o maior crescimento em um ano desde 2007, quando foi iniciada a série histórica feita pelo Centro Conjunto de Estudos de Habitação de Harvard.

O relatório indica que “assim como os despejos, o número dos sem-teto aumentou enquanto o preço de moradia cresceu, chegando ao recorde histórico de 653.100 pessoas em janeiro de 2023”.

Em relação a 2015, quando o número de pessoas sem um local para morar foi o mais baixo da série histórica, o aumento é de 48%.

O estudo ainda revela que no país mais rico do mundo 256,6 mil pessoas estão totalmente desabrigadas, isto é, morando nas ruas ou em locais abandonados.

A quantidade de famílias sem-teto cresceu até mesmo em Estados com o custo de

vida mais baixo, como Arizona, Ohio, Tennessee e Texas, destacou o estudo feito por Harvard.

O Estado da Califórnia é, sozinho, responsável por 48% da população nacional desabrigada. Cerca de 123,4 mil pessoas não têm abrigo e estão morando nas ruas.

O número de imóveis de “baixo custo” (inferiores a US\$ 600 por mês, ou seja, menos de R\$ 3.000) está caindo a cada ano. Na última década, “o número de unidades de baixo custo caiu em 2,1 milhões”. Somente entre 2021 e 2022, 230 mil imóveis saíram dessa faixa de preço. “Sobraram apenas 7,2 milhões de unidades com aluguel abaixo de US\$ 600 em 2022”, diz o estudo.

O aumento nos aluguéis faz com que as famílias tenham cada vez menos dinheiro para gastar com outras questões “críticas para o bem-estar”. Em 2022, as famílias que pagam aluguel gastaram 39% menos com alimentação e 42% menos com saúde do que as que não pagam aluguel.

Segundo o Centro Conjunto de Estudos de Habitação de Harvard, o

racismo contra negros e latinos faz com que essas populações sejam mais afetadas pelo aumento no número de sem-teto.

“Os negros representam 37% de todas as pessoas sem-teto, para apenas 13% da população dos Estados Unidos, enquanto os latinos representam mais de um quarto (28%) das pessoas sem-teto, mas menos de 20% da população”, sublinhou. O mesmo ocorre com os nativos americanos e povos indígenas.

O relatório ainda indica que as políticas de assistência emergencial, criadas na pandemia, acabaram em 2022, “momento em que os aluguéis subiram rapidamente e um número crescente de imigrantes foram proibidos de trabalhar. Como resultado, o número de pessoas sem-teto subiu cerca de 71 mil em apenas um ano”.

“Serão necessários subsídios de habitação e renda consideravelmente mais acessíveis para evitar novos aumentos no número de sem-teto, para ajudar a realojar em grande escala as pessoas e para reduzir os custos do sistema de resposta aos sem-teto”, conclui.



Despejos também se tornam mais frequentes, mostra trabalho de pesquisa

Desdolarização avança: 85% do comércio entre a Rússia e os Brics já é em moedas nacionais

A participação das moedas nacionais no comércio da Rússia com os demais países do Brics aumentou para 85% em 2023, ante apenas 26% há dois anos, disse a chefe do banco central russo, Elvira Nabiullina, à agência de notícias RIA Novosti.

Nabiullina acrescentou que a participação do grupo no comércio exterior da Rússia dobrou nos últimos dois anos, chegando a 40%, ante 20% em 2021 e 30% em 2022.

O Brics, que antes incluía Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, viu uma grande expansão este ano, quando Arábia Saudita, Irã, Etiópia, Egito e Emirados Árabes Unidos aderiram em janeiro. Segundo Nabiullina, o grupo responde hoje por 35% do PIB mundial



Rublo cada vez mais presente no comércio entre BRICS

em termos de paridade de poder de compra (PPC).

A Rússia, que detém em 2024 a presidência rotativa dos Brics, está discutindo com os demais membros do bloco uma possível integração de infraestruturas de pagamento nacionais.

Nabiullina disse que 159 instituições de 20 países já se conectaram à alternativa russa ao SWIFT, o Sistema de Transmissão de Mensagens Financeiras, ou SPFS. E será prioridade para a Rússia nesse ano aumentar os pagamentos em moedas nacionais dentro do bloco.

Segundo o Palestine Chronicle, os corpos foram encontrados em sacos de cadáveres, com as mãos amarradas atrás das costas, numa escola recém-abandonada pelas tropas israelenses

Os corpos de 30 palestinos, algemados e executados por tropas israelenses, foram descobertos nos terrenos de uma escola em Bet Lahia, no norte da Faixa de Gaza, após saída dos invasores israelenses da área.

Os corpos foram encontrados na quarta-feira (31), segundo o Palestine Chronicle, em sacos de cadáveres, com as mãos amarradas atrás das costas. Em comunicado, o Clube de Prisioneiros Palestinos confirmou “a descoberta dos corpos de 30 mártires no interior de uma das escolas que foi sitiada pela ocupação”.

“Eles estavam algemados e com os olhos vendados, ou seja, estavam presos, o que é um claro indicio de que a ocupação realizou uma execução de campo contra eles”, diz a nota.

A organização disse que os dados indicam que as execuções estão aumentando em Gaza, com base em “testemunhos de detidos que foram libertados”. “A insistência de Israel em manter os detidos de Gaza sob desaparecimento forçado tem uma explicação, que é que há uma decisão de isolá-los, com o objetivo de realizar mais crimes contra eles em segredo”, denunciou.

A organização sublinhou que Israel “se recusa a prover às instituições de direitos humanos, inclusive as palestinas e as

de relevância internacional, qualquer informação sobre seu destino e locais de detenção”.

A organização denunciou que o parlamento israelense (Knesset), “recentemente aprovou a entrada em vigor de regulamentações que privam os presos de Gaza de reunião com um advogados por mais quatro meses”.

A horrenda descoberta no norte de Gaza surge um dia após mais de 100 corpos de palestinos, que haviam sido exumados e roubados pelas forças israelenses de várias áreas na Faixa de Gaza serem devolvidos. Eles foram enterrados em uma vala em massa na cidade do sul, Rafah.

Alguns dos corpos não identificados, que estavam em estado de decomposição, foram devolvidos através da passagem de Kerem Shalom, segundo a agência de notícias palestina, WAFA. “De acordo com fontes médicas, a inspeção de alguns desses corpos mostrou que a ocupação havia roubado órgãos de alguns deles”.

Quase 26 mil palestinos foram mortos pelos ataques israelenses e quase 66 mil ficaram feridos, a grande maioria mulheres e crianças, registrou o Ministério da Saúde de Gaza.

Na semana passada, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU em Haia decidiu levar adiante a ação contra Israel por genocídio e incitação ao genocídio, apresentada pela África do Sul, nação que simboliza a vitória sobre o apartheid, o racismo e o fascismo.



Netanyahu quer alastrar genocídio palestino pela fome

Comboio humanitário da ONU é atacado por Israel em Gaza

Um comboio humanitário da ONU que transportava ajuda alimentar foi atingido por bombas atiradas de força naval israelense. O caminhão atingido, da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês), ia em direção ao norte da Faixa de Gaza nesta segunda-feira (5).

A direção da UNRWA condenou a agressão. Segundo o comissário-geral da agência, Philippe Lazzarini, embora Israel tenha sido informada sobre todos os comboios de ajuda e coordene os seus movimentos com as autoridades, eles continuam sendo atacados.

Lazzarini reiterou que da mesma forma que os civis, as redes de transporte que lhes entregam ajuda humanitária devem ser protegidas, sob qualquer condição, em todos os momentos.

O diretor da UNRWA em Gaza, Tom White, informou que apesar da violência do ataque, como ficou visível pelas imagens que circulam nas redes sociais, ninguém resultou ferido.

“ISRAEL, ESTADO PÁRIA”

O ativista do Bahrein, Naheel Rajab, condenou o incidente, reitera que “Israel continua agindo como um estado pária ou acima do direito internacional, que faz exatamente o oposto do que o Tribunal Internacional de Justiça exige”.

“Não podemos entregar ajuda humanitária sob ataque. O acesso humanitário seguro e sustentável é urgentemente necessário em todo lado, incluindo no norte de

Gaza”, sublinhou a agência.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, havia declarado no domingo (4) que para seu regime, “a UNRWA não faz parte da solução, faz parte do problema”. “Está na hora de iniciar o processo de substituição da UNRWA por outros órgãos que não estejam contaminados pelo apoio ao terrorismo”, acrescentou.

Depois de uma denúncia israelense de que dos 13.000 funcionários da entidade (criada em 1949 pela Assembleia Geral da ONU para aliviar o sofrimento dos palestinos desalojados de seus lares pelo terror israelense), teria uma dezena de seus funcionários participado do ataque de 7 de outubro, os Estados Unidos cortaram a verba para a sustentação da UNRWA que é fonte de sobrevivência para a maior parte dos moradores da região.

A “denúncia” israelense veio logo depois da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, ter acatado a denúncia da África do Sul e iniciado o julgamento de Israel por crime de genocídio.

Uma retaliação, pois não é mera coincidência que exatamente a entidade da ONU que já vinha denunciando os crimes de guerra de Israel já ter sido alvo, em diversos de seus escritórios, de ataque israelense e assim ter perdido 150 de seus funcionários. As autoridades israelenses vinham dizendo que era preciso acabar com a presença da agência da ONU na região.

A política externa dos EUA a serviço do grande capital

Os EUA tentaram derrubar pelo menos 80 governos desde 1947 através da instigação de golpes de Estado, assassinatos, insurreições, agitação civil, manipulação de eleições, sanções econômicas e guerras abertas

JEFFREY D. SACHS*

A primeira vista, a política externa dos EUA parece ser totalmente irracional. Os EUA envolvem-se numa guerra desastrosa atrás da outra – Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia, Ucrânia e Gaza. Nos últimos tempos, os EUA permanecem globalmente isolados em seu apoio às ações genocidas de Israel contra os palestinos, votando contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU para um cessar-fogo em Gaza, apoiada por 153 países com 89% da população mundial, e com a oposição apenas dos EUA e de 9 pequenos países com menos de 1% da população mundial.

Nos últimos 20 anos, todos os grandes objetivos da política externa dos EUA falharam. Os Talibãs voltaram ao poder após 20 anos de ocupação americana do Afeganistão. O Iraque pós-Saddam tornou-se dependente do Irã. O presidente da Síria, Bashar al-Assad, manteve-se no poder apesar dos esforços da CIA para derrubá-lo. A Líbia caiu numa prolongada guerra civil depois de uma missão da OTAN liderada pelos EUA ter derrubado Muammar Kadhafi. A Ucrânia foi esmagada no campo de batalha pela Rússia em 2023, depois que os EUA sabotaram secretamente um acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia em 2022.

Apesar destes notáveis e dispendiosos fracassos, um depois do outro, o mesmo elenco de personagens manteve-se no leme da política externa dos EUA durante décadas, incluindo Joe Biden, Victoria Nuland, Jake Sullivan, Chuck Schumer, Mitch McConnell e Hillary Clinton.

O QUE ACONTECE?

O quebra-cabeça é resolvido reconhecendo-se que a política externa americana não tem nada a ver com os interesses do povo americano. É sobre os interesses dos atores políticos centrais de Washington, que procuram contribuições para as campanhas e empregos lucrativos para si próprios, seus colaboradores e familiares. Em suma, a política externa dos EUA foi tomada pelo grande capital.

Como resultado, o povo americano está perdendo muito. As guerras fracassadas desde 2000 custaram-lhe cerca 5 trilhões de dólares em despesas diretas, ou cerca de 40.000 dólares por família. Nas próximas décadas, serão gastos outros 2 trilhões de dólares, ou mais, com os cuidados dos veteranos. Além dos custos diretamente suportados pelos americanos, devemos reconhecer também os custos terrivelmente elevados ocorridos no estrangeiro, em milhões de vidas perdidas e trilhões de dólares de destruição da propriedade e da natureza nas zonas de guerra.

Os custos continuam subindo. As despesas ligadas ao exército dos EUA em 2024 ascenderão a cerca de 1,5 trilhão de dólares, ou seja, aproximadamente 12.000 dólares por família, se acrescentarmos as despesas diretas do Pentá-



gono, os orçamentos da CIA e de outras agências de inteligência, o orçamento da Administração dos Veteranos, o programa de armas nucleares do Departamento de Energia, a “ajuda externa” do Departamento de Estado ligada ao exército (como a de Israel) e outras rubricas orçamentárias relacionadas com a segurança. Centenas de bilhões de dólares é uma soma de dinheiro que vai ralo abaixo, desperdiçado em guerras inúteis, bases militares no estrangeiro e um aumento de armamentos totalmente desnecessário que aproxima o mundo da Terceira Guerra Mundial.

No entanto, descrever estes custos gigantescos é também explicar a “racionalidade” distorcida da política externa dos EUA. O 1,5 trilhão de dólares em despesas militares é o esquema que continua rendendo – para o complexo militar-industrial e para os atores políticos centrais de Washington – mesmo quando empobrece e põe em perigo a América e o mundo.

Para entender o esquema da política externa, imagine o atual governo federal como um negócio de várias divisões controlado pelos que pagam mais. A divisão de Wall Street é gerida pelo Tesouro. A divisão da Indústria da Saúde é gerida pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos. A divisão das Grandes Petrolíferas e do Carvão é gerida pelos Departamentos de Energia e do Interior. E a divisão da Política Externa é gerida pela Casa Branca, Pentágono e CIA.

Cada divisão utiliza o poder público para obter ganhos privados através de negócios com informação privilegiada, lubrificados por contribuições corporativas de campanha e despesas com lobbies. Curiosamente, a divisão da Indústria da Saúde rivaliza com a divisão da Política Externa como um notável esquema financeiro. As despesas de saúde dos Estados Unidos totalizaram espantosos 4,5 trilhões de dólares em 2022, ou seja, cerca de 36.000 dólares por família, de longe os custos de saúde mais elevados do mundo, enquanto os Estados Unidos se classificaram em torno do 40º lugar entre as nações do mundo em termos de esperança de vida. Uma política de saúde fracassada traduz-se em muito dinheiro para a indústria da saúde, tal como uma política externa fracassada se traduz em mega-receitas do complexo militar-industrial.

A divisão de Política Externa é dirigida por um círculo pequeno, secreto e muito unido, que inclui as altas patentes da Casa Branca, CIA, Departamento de Estado, Pentágono, Comissões de Serviços Armados da Câmara e do Senado e das principais empresas militares, incluindo Boeing,



Lockheed Martin, General Dynamics, Northrop Grumman e Raytheon. Há talvez um milhar de indivíduos-chave envolvidos na definição da política. O interesse público desempenha um papel reduzido.

Os principais responsáveis pela política externa gerem as operações de 800 bases militares ultramarinas dos EUA, centenas de bilhões de dólares de contratos militares e as operações de guerra para onde o equipamento é enviado. Quanto mais guerras, naturalmente, mais negócios. A privatização da política externa tem sido enormemente ampliada pela privatização do próprio negócio da guerra, à medida que cada vez mais funções militares “essenciais” são entregues aos fabricantes de armas e a empreiteiros como Haliburton, Booz Allen Hamilton e CACI.

Além das centenas de bilhões de dólares de contratos militares, há importantes repercussões comerciais das operações militares e da CIA. Com bases militares em 80 países em todo o mundo e operações da CIA em muitos mais, os EUA desempenham um papel importante, embora majoritariamente encoberto, na determinação de quem governa esses países e, por conseguinte, nas políticas que dão forma a negócios lucrativos envolvendo minerais, hidrocarbonetos, oleodutos e terras agrícolas e florestais.

Os EUA tentaram derrubar pelo menos 80 governos desde 1947, normalmente sob a liderança da CIA, através da instigação de golpes de Estado, assassinatos, insurreições, agitação civil, manipulação de eleições, sanções econômicas e guerras abertas. (Para um estudo soberbo das operações de mudança de regime dos EUA de 1947 a 1989, ver a obra de Lindsey O’Rourke *Covert Regime Change*).

Além dos interesses comerciais, há, naturalmente, ideólogos que acreditam verdadeiramente no direito da América a governar o mundo. O caso mais famoso é o da família Kagan sempre belicosa, embora seus interesses financeiros estejam também profundamente ligados à in-

dústria da guerra. A questão da ideologia é a seguinte. Os ideólogos erraram em quase todas as ocasiões e há muito que teriam perdido seus púlpitos em Washington se não fosse a sua utilidade como belicistas. Conscientemente ou não, eles servem como atores pagos pelo complexo militar-industrial.

Há um inconveniente persistente neste esquema de negócios em curso. Em teoria, a política externa é levada a cabo no interesse do povo americano, embora o oposto seja a verdade. (Uma contradição semelhante aplica-se, naturalmente, aos cuidados de saúde excessivamente caros, aos resgates do governo a Wall Street, às regalias da indústria petrolífera e a outros esquemas). O povo americano raramente apoia as maquinacões da política externa dos EUA quando ocasionalmente ouve a verdade. As guerras da América não são travadas por exigência popular, mas por decisões vindas de cima. São necessárias medidas especiais para manter o povo afastado da tomada de decisões.

A primeira dessas medidas é a propaganda sem tréguas. George Orwell acertou em cheio em 1984, quando “o Partido” mudou subitamente o inimigo estrangeiro da Eurásia para a Ásia Oriental sem uma palavra de explicação. Os EUA fazem essencialmente o mesmo. Quem é o inimigo mais grave dos EUA? Escollham, de acordo com a estação. Saddam Hussein, talibãs, Hugo Chávez, Bashar al-Assad, ISIS, Al-Qaeda, Kadhafi, Vladimir Putin, Hamas, todos desempenharam o papel de “Hitler” na propaganda dos EUA. O porta-voz da Casa Branca, John Kirby, faz a propaganda com um sorriso no rosto, sinalizando que ele também sabe que o que está dizendo é ridículo, embora ligeiramente divertido.

A propaganda é amplificada pelos grupos de reflexão de Washington que vivem de doações de empreiteiros militares e, ocasionalmente, de governos estrangeiros que fazem parte das operações fraudulentas dos EUA. Pensemos no Conselho

do Atlântico, no CSIS e, claro, no sempre popular Instituto para o Estudo da Guerra, levados a você pelos principais contratantes militares.

A segunda é esconder os custos das operações de política externa. Nos anos 1960, o governo dos Estados Unidos cometeu o erro de obrigar o povo americano a suportar os custos do complexo militar-industrial, convocando jovens para combater no Vietnã e aumentando os impostos para pagar a guerra. A opinião pública manifestou sua oposição.

A partir da década de 1970, o governo tem sido muito mais inteligente. O governo acabou com o recrutamento e transformou o serviço militar num emprego temporário e não num serviço público, apoiado pelas despesas do Pentágono para recrutar soldados de estratos econômicos mais baixos. Abandonou também a ideia pitoresca de que as despesas públicas devem ser financiadas por impostos e, em vez disso, transferiu o orçamento militar para as despesas deficitárias, o que o protege da oposição popular que seria desencadeada se fosse financiado por impostos.

Também tem sugado Estados clientes como a Ucrânia para combaterem as guerras dos EUA no terreno, de modo a que nenhum saco com cadáver americano estrague a máquina de propaganda dos EUA. Desnecessário dizer que os mestres da guerra americanos, como Sullivan, Blinken, Nuland, Schumer e McConnell, permanecem a milhares de quilômetros de distância das linhas da frente. A morte está reservada aos ucranianos. O senador Richard Blumenthal (D-Conn.) defendeu a ajuda militar americana à Ucrânia como dinheiro bem gasto porque “não há uma única mulher ou homem do serviço americano ferido ou perdido”, de algum modo não se lembrando o bom senador de poupar as vidas dos ucranianos, que morreram às centenas de milhares numa guerra provocada pelos EUA por causa da expansão da OTAN.

Este sistema é sustentado

Bagdá sob bombardeio norte-americano em 2003 (Arquivo)

pela subordinação total do Congresso dos Estados Unidos ao negócio da guerra, para evitar qualquer questionamento dos orçamentos exagerados do Pentágono e das guerras instigadas pelo Poder Executivo. A subordinação do Congresso funciona da seguinte forma. Em primeiro lugar, a supervisão da guerra e da paz pelo Congresso é em grande parte atribuída às Comissões de Serviços Armados da Câmara e do Senado, que definem em grande medida a política geral do Congresso (e o orçamento do Pentágono).

Em segundo lugar, a indústria militar (Boeing, Raytheon e outras) financia as campanhas dos membros dos Comitês dos Serviços Armados de ambos os partidos. As indústrias militares também gastam somas vultosas em lobbies, a fim de proporcionar salários lucrativos aos membros do Congresso que se aposentam, aos seus colaboradores e às suas famílias, quer diretamente nas empresas militares, quer nas empresas de lobby de Washington.

A tomada da política externa do Congresso não é feita apenas pelo complexo militar-industrial dos EUA. O lobby de Israel dominou há muito tempo a arte de comprar o Congresso. A cumplicidade da América com o Estado de apartheid de Israel e os crimes de guerra em Gaza não faz sentido para a segurança nacional e a diplomacia dos EUA, para não falar da decência humana. São os frutos dos investimentos do lobby israelense, que atingiram 30 milhões de dólares em contribuições para a campanha em 2022 e que ultrapassarão amplamente esse valor em 2024.

Quando o Congresso voltar a se reunir, no final de janeiro, Biden, Kirby, Sullivan, Blinken, Nuland, Schumer, McConnell, Blumenthal e os de sua laia vão nos dizer que temos absolutamente que financiar a guerra perdida, cruel e enganosa na Ucrânia e o massacre e a limpeza étnica em curso em Gaza, para que nós e a Europa e o mundo livre, e talvez o próprio sistema solar, não sucumbam ao urso russo, aos mulás iranianos e ao Partido Comunista Chinês. Os promotores dos desastres da política externa não estão sendo irracionais com este alarmismo. Estão sendo enganadores e extraordinariamente gananciosos, perseguindo interesses mesquinhos em detrimento dos interesses do povo americano.

É tarefa urgente do povo americano rever uma política externa que está tão quebrada, corrompida e enganosa que está enterrando o governo em dívidas enquanto empurra o mundo para mais perto do Armagedon nuclear. Esta revisão deve começar em 2024, rejeitando-se qualquer financiamento adicional para a desastrosa Guerra da Ucrânia e para os crimes de guerra de Israel em Gaza. A pacificação e a diplomacia, e não as despesas militares, são o caminho para uma política externa dos EUA de interesse público.

**Jeffrey D. Sachs é professor de economia na Universidade de Columbia. Autor, entre outros livros, de A Era do desenvolvimento sustentável (Ed. Actual). [https://amzn.to/3t4aV3s]*

Artigo publicado originalmente no portal CommonDreams / Tradução: Fernando Lima das Neves para A Terra é Redonda